

Sumário

Número de notícias: 48 | Número de veículos: 32

PORTAL UOL - ECONOMIA
SAQUE ANIVERSÁRIO

Saque-aniversário do FGTS de 2024 é liberado pelo governo; veja calendário5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Liminares garantem a contribuintes incluir valores maiores de dívidas em parcelamento6

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Rombo inviabiliza arcabouço fiscal8

ESTÚDIO NEWS - CUIABÁ - MT - ECONOMIA
ANFIP

IRPF: saiba como consultar o informe de rendimentos9

PORTAL IG - NOTÍCIAS
ANFIP

IRPF: saiba como consultar o informe de rendimentos10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Geração de emprego em 2023 decepciona11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Vaga formal desacelera mais que esperado12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fazenda monta "plano de guerra" para reduzir bloqueios e manter déficit zero13

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Brasil despenca 10 posições no ranking da corrupção15

O ESTADO DE S. PAULO - NÉGOCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Mercadante diz que BNDES precisa de garantia para dar crédito a aéreas17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência dos militares tem rombo de R\$ 49 bi em 2023, alta de 3,6%18

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

Pasep: admitido antes de 1988 pode ter restituição19

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Julgamento da revisão da vida toda retorna amanhã - COLUNA FALANDO DO APOSENTADOS20

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa conclui pagamento da parcela do Bolsa Família de janeiro21

PORTAL R7 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Prazo de concessão para aposentadoria será de 30 dias, diz presidente do INSS 22

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
SEGURIDADE SOCIAL

Prazo para MEI voltar ao Simples Nacional termina nesta quarta; veja como regularizar
..... 26

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Calendário INSS de fevereiro: veja datas de pagamento da aposentadoria 27

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Filho tem direito a pensão por morte? E irmão? Conheça regras do benefício 28

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

É preciso concluir a reforma tributária (Visão do Correio) 30

DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária! E agora? (Artigo) 31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regulamentação da reforma tributária mobiliza prefeitos 33

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

A guerra fiscal e seus efeitos (Artigo) 35

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tesouro quer ampliar fatia de títulos com taxas flutuantes 37

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso quer reduzir poder da Receita após reforma tributária 39

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Resultados do trimestre devem mostrar melhora com ajuda das commodities 40

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

IGP-M desacelera para 0,07% este mês 42

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Dívida pública crescente 43

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
ECONOMIA

"Banco Central precisa ser menos conservador na redução dos juros", cobra presidente da CNI
- CAPITAL S/A
..... 45

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

FMI: Brasil terá 1,7% de crescimento 47

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

FMI vê Brasil "resiliente" e eleva projeção de alta do PIB a 1,7% neste ano..... 48

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mercado conta com novo corte de 0,5 ponto da Selic..... 49

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mercado reduz a 3,81% projeção para IPCA no ano..... 51

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Saldo de emprego cai 26,3% em 2023 e fica em 1,48 milhão de vagas formais..... 52

O ESTADO DE S. PAULO - LIVRE DE ENERGIA
ECONOMIA

Conta de luz pode cair até 35% com migração para o mercado livre..... 54

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Dívida pública federal cresce 9,6% em 2023..... 55

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

FMI eleva para 1,7% previsão de crescimento do Brasil..... 56

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Inflação mais baixa no Brasil e nos EUA (Artigo)..... 57

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

FMI vê economia global em recuperação, mas pede cautela..... 59

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Fed deve manter juros e sinalizar próximo passo de ajuste nos EUA..... 61

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Dados pressionam taxas e bolsas na véspera de decisões de BCs..... 63

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Selic pode cair abaixo de 8%, diz Xavier, da SPX..... 65

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

"Recessão nos EUA abrirá espaço para corte agressivo nos juros"..... 66

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A desinflação imaculada e seu impacto sobre o Brasil - PALAVRA DO GESTOR..... 68

A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS
ECONOMIA

2023 fecha em R\$ 6,520 trilhões..... 70

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado reduz a 3,81% projeção para IPCA no ano..... 71

Quarta-Feira, 31 de Janeiro de 2024

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
ECONOMIA

Inflação mundial vai cair, estima FMI..... 72

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Projeção do PIB foi mantida..... 73

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Projeção de crescimento do País é elevada..... 74

Saque-aniversário do FGTS de 2024 é liberado pelo governo; veja calendário

Do UOL, em São Paulo 31/01/2024 05h00

O governo já comunicou o planejamento da retirada anual do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) para o ano de 2024. A liberação dos recursos será realizada de acordo com o mês de nascimento do trabalhador, permitindo que aqueles que nasceram em janeiro, por exemplo, já possam realizar a retirada do valor disponível.

Na modalidade atual, os trabalhadores que optaram pelo **saque-aniversário** têm o direito de retirar uma parcela de seus fundos do **FGTS** anualmente no mês de seu aniversário. Em situações de demissão, eles têm acesso apenas à indenização rescisória.

A iniciativa do Ministério do Trabalho busca oferecer aos trabalhadores que escolheram o **saque-aniversário** a chance de retirar o saldo total de suas contas, não ficando restritos à indenização rescisória.

O governo pretende modificar essa regulamentação, possibilitando o saque integral do saldo da conta em demissões sem justa causa, assemelhando-se ao que ocorre para aqueles que não aderiram ao **saque-aniversário**. Em dezembro, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, manifestou sua intenção de apresentar o projeto de lei com as alterações até março.

O montante pode ser retirado do fundo no mês de aniversário dos trabalhadores. Confira as datas de liberação abaixo:

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/01/31/saque-aniversario-do-fgts-de-2024-e-liberado-pelo-governo-veja-calendario.htm>

Liminares garantem a contribuintes incluir valores maiores de dívidas em parcelamento

Marcela Villar e Beatriz Olivon De São Paulo e Brasília
(Colaborou Jéssica Sant"Ana

Contribuintes têm recorrido ao Judiciário para ampliar o alcance do novo programa de autorregularização incentivada, espécie de "Refis" lançado pela União em novembro, por meio da Lei nº 14.740.

Liminares concedidas em São Paulo e no Paraná garantem a inclusão de dívidas com a **Receita Federal** constituídas até abril deste ano, e não somente até 30 de novembro de 2023, como defende o órgão.

As empresas alegam nos processos que esse seria o limite estabelecido pela lei e a Instrução Normativa (IN) nº 2168, de 2023, que a regulamenta.

Porém, a **Receita Federal**, na seção "Perguntas e Respostas" do site do órgão, afirma que podem ser incluídos no parcelamento "**tributos** que ainda não tenham sido declarados cujo vencimento original seja até 30 de novembro de 2023".

Para a uma fonte da equipe econômica ouvida pelo Valor, seria necessário "ser bem criativo" para autorregularizar o futuro. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) vai recorrer das liminares.

Para os procuradores, a tese dos contribuintes é muito agressiva e causa espanto e preocupação, uma vez que pode comprometer a arrecadação do primeiro trimestre. Eles afirmam que a lei, a IN e a cartilha não podem ser interpretadas isoladamente.

"O programa precisa ser visto como um instituto de aproximação entre a administração pública e os contribuintes. Ela não existiria se o contribuinte não estivesse devendo", afirma procuradora-geral adjunta da Fazenda Nacional, Lana Borges, acrescentando que os **tributos** a serem regularizados são os vencidos até 30 de novembro de 2023 e que o prazo até 1º de abril é o período que o programa está aberto, que o contribuinte tem para confessar a dívida, retificar obrigações acessórias e aderir. "Não faz sentido um tributo ainda corrente ser objeto de autorregularização." O programa garante o pagamento de dívidas tributárias, em parcelas, sem multa ou juros. Metade do valor deve ser paga à vista. A outra em até 48 vezes, em parcelas mínimas de R\$ 200 e

R\$ 500, corrigidas pela Selic. É possível quitar **impostos** com prejuízo fiscal e precatórios - inclusive de terceiros. Podem aderir ao programa pessoas físicas e jurídicas, exceto as do Simples Nacional. A adesão começou no dia 5.

Já obtiveram liminares a Leyard, uma das principais fabricantes de painéis de LED do mundo, a Dotseg, prestadora de serviços terceirizados, a rede de lanchonetes Madero e a BR Log Logística. Todas conseguiram o direito de pagar, por meio do programa, **tributos** devidos até abril deste ano.

"A instrução normativa [2168] é clara ao dizer que aqueles **tributos** não constituídos 90 dias após o prazo da publicação da regulamentação da lei poderiam entrar na autorregularização.

O problema foi a cartilha da Receita que acabou com essa possibilidade. Por isso, a necessidade de entrar com as ações", afirma o tributarista Lucas Simões de Andrade, do escritório Jorge Advogados.

Andrade afirma que se debruçou sobre o tema neste último mês e ajuizou mais de 30 mandados de segurança - dentre eles, os da Leyard e Dotseg. "Havia uma urgência enorme de entrar com as ações porque os **tributos** estavam para vencer. Não teria como ter uma resposta da **Receita Federal** sobre isso tão rápido e as empresas estavam com receio de ter a participação no programa indeferida", diz.

Segundo ele, não pode um "perguntas e respostas", que não tem status legal, restringir a lei. "A Receita poderia dizer que é uma questão de interpretação e a cartilha é complementar, mas a lei, em momento algum, fala em vencimento originário até 30 de novembro de 2023." O caso da Leyard foi analisado pela juíza Soraia Tullio, da 4ª Vara Federal de Curitiba (processo nº 5002122-58.2024.4.04.7000). Para ela, a informação do site da Receita "não possui respaldo na lei".

"Em atenção à legalidade tributária e à segurança jurídica, deve ser deferida a medida liminar para preventivamente assegurar o direito líquido e certo à adesão ao programa", afirma. No caso da Dotserv, a decisão é da 14ª Vara Cível Federal de São Paulo (processo nº 5001275-67.2024.4.03.6100).

Também é da 4ª Vara Federal de Curitiba a decisão obtida pela BR Log Logística. No pedido, a empresa diz que, apesar de a lei permitir a autorregularização de **tributos** até abril de 2024, "em total afronta aos dispositivos da lei e da própria instrução normativa", a **Receita Federal**, em orientações, vedou a inclusão de débitos vencidos a partir de 30 de novembro de 2023.

"A informação constante do site não possui respaldo na lei instituidora do programa, tampouco na instrução normativa que o regulamentou", afirma na decisão a juíza Soraia Tullio (processo nº 5001312-83.2024.4.04.7000). O mesmo entendimento foi aplicado pela 2ª Vara Federal de Ponta Grossa ao Madero Indústria e Comércio (processo nº 5000220-43.2024.4.04.7009).

Para Gabriel Paranaguá, sócio do Feslberg Advogados, o programa é uma espécie de "denúncia espontânea melhorada". Para quem tem débitos constituídos após 30 de novembro de 2023, ele aconselha entrar com pedido preventivo de liminar.

"É interessante porque a Receita pode alegar que é a sua interpretação, apesar de não constar na IN." A advogada Amanda Nadal Gazzaniga, do Buttini Moraes Advogados, também acredita que essa é a melhor opção. "A lei não traz a limitação", afirma. O benefício de negociar essas dívidas em aberto, acrescenta, é justamente poder usar o estoque de prejuízo fiscal e precatórios, em um contexto de restrição das compensações fiscais, estabelecida pela Medida Provisória nº 1.202/2023. "Já existe essa vedação, então os contribuintes podem, estrategicamente, usar a autorregularização para usar o prejuízo fiscal e não pagar tudo em dinheiro." De acordo com Rafael Vega, sócio do Cascione Advogados, a lei não foi clara ao dizer se são débitos do passado ou também do presente e, por isso, as empresas já pensam em incluir o tributo devido no mês corrente - ou seja, não pagar com caixa, mas com prejuízo fiscal e de forma parcelada. "A Receita só falou que isso é proibido em um perguntas e respostas", diz. "Não é a forma certa de se regulamentar", conclui.

Por meio de nota, o Madero diz que decidiu propor a liminar porque, pelo princípio da legalidade tributária, o "Perguntas e Respostas da RFB" não pode impor uma limitação que não existe na legislação.

Procuradas pelo Valor, Leyard e Dotseg não deram retorno até o fechamento da edição. A reportagem não localizou algum porta voz da BR Log Logística.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187778>

Rombo inviabiliza arcabouço fiscal

Ex-chefe da **Receita Federal** da era FHC, o economista pernambucano Everardo Maciel disse, ontem, à Folha, que o anúncio do déficit primário de 2023, em torno de R\$ 230 bilhões, reforça os temores quanto à viabilidade do arcabouço fiscal, porque, segundo ele, foi fundado em um incerto aumento de arrecadação e um provável aumento dos gastos públicos (fundos eleitoral e partidário, emendas parlamentares, concursos para contratação de **servidores públicos**, projetos do PAC, etc.) Para ele, a restrição, prevista na MP nº 1202/2023, à compensação de **tributos** vinculada a decisões judiciais com trânsito em julgado, corresponde a um empréstimo compulsório sem o devido amparo constitucional.

"É mais do que isso. Ao postergar a compensação sem a incidência dos mesmos encargos que alcançaria o tributo não pago, gerase um desequilíbrio de tratamento para o contribuinte que pode ser qualificado como utilização do tributo para fins confiscatórios, o que é expressamente vedado na Constituição", afirmou.

Há, também, segundo ele, uma discriminação de tratamento em função do valor da compensação, o que concorre para produzir uma robusta combinação de inconstitucionalidades.

"A MP não se limitou, contudo, àquela excentricidade. Promoveu a reoneração da folha de pagamento para 17 setores e extinguiu os incentivos fiscais do setor de eventos", disse.

Everardo entende que a prorrogação da substituição da folha de salário pela receita bruta, na base de cálculo da contribuição previdenciária patronal, foi matéria decidida pelo Congresso. "O veto do Poder Executivo à decisão foi derrubado com o voto de mais de 80% dos parlamentares.

A pretensão de reonerar a folha é ostensivamente ofensiva à independência e harmonia dos Poderes", alertou.

E acrescentou: "Alega-se que há estudos que apontam a ineficácia da desoneração da folha como instrumento para gerar empregos. Não se examinou, entretanto, se ela deteve o desemprego. Afinal, a excessiva carga tributária sobre a folha de salários é relevante explicação para a informalidade. Não estou certo de que a receita bruta seja a mais adequada base de cálculo da contribuição previdenciária

patronal, porém nenhuma dúvida tenho quanto à inadequação da folha de salário como fonte de financiamento da Previdência, especialmente em razão da revolução tecnológica".

Segundo ele, incentivos fiscais provavelmente não seriam os mais adequados instrumentos para enfrentar as dificuldades do setor de eventos, em razão da pandemia.

"Entendo que seria mais apropriado conceder-se anistia e remissão. Por que, contudo, cuidar desse tema somente no final do ano? A busca obcecada por receitas combinada com a leniência com o gasto público não é uma boa opção", afirmou.

Site: <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/2647/31-01-2024/>

IRPF: saiba como consultar o informe de rendimentos

Da Redação

Os contribuintes têm entre os dias 15 de março e 31 de maio para a entrega da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) referente a 2024, conforme a **Receita Federal**. O informe de rendimentos é um dos documentos mais importantes na hora de declarar a renda.

O informe contém todos os valores recebidos por pessoa física durante o ano, desde o dia 1º de janeiro e 31 de dezembro. As informações são necessárias para que a **Receita Federal** possa cruzar os dados e determinar quanto cada contribuinte pagou de imposto ao longo do ano passado e saber se houve sonegação ou não.

Como consultar?

Novidades Desde 2023, a declaração do IRPF tem novidades relativas à restituição. Quem optar por receber a restituição via Pix ou usar a declaração pré-preenchida receberá o valor mais rapidamente, sempre respeitando as prioridades legais. Em relação ao Pix, no entanto, a novidade só vale para quem declarar a chave do tipo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) no campo de pagamento da restituição.

Quem tem que declarar?

Reajuste na tabela O presidente Lula anunciou que o governo realizará um reajuste na tabela do IRPF para assegurar a isenção do tributo em rendimentos de até dois salários mínimos (equivalente a R\$ 2.824) por mês.

A **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal** (Unafisco) estima que o ajuste evitará que mais 2 milhões de pessoas paguem IR este ano, com um custo para a União de R\$ 344,8 milhões.

Isso implica que, se o trabalhador ganha até esse valor por mês, estará isento do IR. No caso de um salário superior a R\$ 2.824, o imposto incidirá sobre a diferença.

Em maio do ano passado, o governo já havia ampliado a faixa de isenção do IR de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.112. Além disso, foi estabelecido um desconto de R\$ 528 por mês no valor tributável de todos os salários,

elevando a isenção para R\$ 2.640, equivalente a dois salários mínimos pelo valor de 2023.

Sem ajuste, quem ganha pouco menos de dois salários mínimos (no valor estabelecido para 2024) seria tributado. Isso porque o novo piso é de R\$ 1.412, e a tabela do IR não teve ajuste automático para acompanhar esse aumento.

Site: <https://estudionews.com.br/irpf-saiba-como-consultar-o-informe-de-rendimentos/>

IRPF: saiba como consultar o informe de rendimentos

Os contribuintes têm entre os dias 15 de março e 31 de maio para a entrega da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) referente a 2024, conforme a **Receita Federal**. O informe de rendimentos é um dos documentos mais importantes na hora de declarar a renda.

O informe contém todos os valores recebidos por pessoa física durante o ano, desde o dia 1º de janeiro e 31 de dezembro. As informações são necessárias para que a **Receita Federal** possa cruzar os dados e determinar quanto cada contribuinte pagou de imposto ao longo do ano passado e saber se houve sonegação ou não.

Como consultar?

Acesse o site ou aplicativo sougov.br.

Clique na opção Rendimentos IRPF .

Selecione o ano

Realize o download do documento.

Novidades

Desde 2023, a declaração do IRPF tem novidades relativas à restituição. Quem optar por receber a restituição via Pix ou usar a declaração pré-preenchida receberá o valor mais rapidamente, sempre respeitando as prioridades legais. Em relação ao Pix, no entanto, a novidade só vale para quem declarar a chave do tipo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) no campo de pagamento da restituição.

Quem tem que declarar?

Contribuintes que receberam mais de R\$ 28.559,70 em 2023;

Estrangeiro que se mudou para o Brasil em qualquer mês do ano de 2023 e permaneceu até 31 de dezembro;

Quem movimentou um valor superior a R\$ 40 mil na bolsa de valores;

Quem possui bens, como veículos e imóveis, de valor superior a R\$ 300 mil;

Quem teve receita bruta anual de atividade rural maior que R\$ 142.798,50;

Quem teve rendimento maior do que R\$ 40 mil em rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte como bolsas de estudo e indenizações trabalhistas.

Reajuste na tabela

O presidente Lula anunciou que o governo realizará um reajuste na tabela do IRPF para assegurar a isenção do tributo em rendimentos de até dois salários mínimos (equivalente a R\$ 2.824) por mês.

A **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco)** estima que o ajuste evitará que mais 2 milhões de pessoas paguem IR este ano, com um custo para a União de R\$ 344,8 milhões.

Isso implica que, se o trabalhador ganha até esse valor por mês, estará isento do IR. No caso de um salário superior a R\$ 2.824, o imposto incidirá sobre a diferença.

Em maio do ano passado, o governo já havia ampliado a faixa de isenção do IR de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.112. Além disso, foi estabelecido um desconto de R\$ 528 por mês no valor tributável de todos os salários, elevando a isenção para R\$ 2.640, equivalente a dois salários mínimos pelo valor de 2023.

Sem ajuste, quem ganha pouco menos de dois salários mínimos (no valor estabelecido para 2024) seria tributado. Isso porque o novo piso é de R\$ 1.412, e a tabela do IR não teve ajuste automático para acompanhar esse aumento.

Site: <https://economia.ig.com.br/2024-01-31/irpf--saiba-como-consultar-o-informe-de-rendimentos.html>

Geração de emprego em 2023 decepciona

»»**RAFAELA GONÇALVES**

O Brasil criou 1,4 milhão de empregos com carteira assinada em 2023. Segundo os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o saldo anual foi o segundo menor desde 2020, ano da pandemia de covid- 19, quando o saldo foi negativo em 191 mil postos de trabalho.

O saldo acumulado foi resultado de 23.257.812 admissões e 21.774.214 desligamentos. O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, havia estabelecido como meta a criação de 2 milhões de empregos com carteira assinada no ano passado. No entanto, somente o mês de dezembro amargou uma perda de 430.159 empregos a menos.

Apesar do saldo abaixo do esperado, Marinho definiu o número como "razoável para o primeiro ano de governo". "Não vamos comemorar, mas é um número razoável. O resultado tem relação direta com o comportamento da atividade econômica, que desacelerou no segundo semestre.

Costumeiramente o mês de dezembro subtrai uma quantidade do acumulado do ano, mas esse não é o maior número negativo do histórico", comentou.

Do total de empregos gerados no ano passado, 17,2% são caracterizados como não típicos, com predominância de trabalhadores com menos de 30 horas e intermitentes, modalidades criadas pela reforma trabalhista.

O ministro afirmou ainda que a informalidade pode ter puxado o número de empregos com carteira assinada para baixo.

Serviços O maior crescimento do emprego formal ocorreu no setor de serviços, com um saldo de 886.256 postos de trabalho, uma alta de 4,4%. Os principais destaques foram informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (380.752) e administração pública, defesa, **seguridade social**, educação, saúde humana e serviços sociais (204.859).

Em seguida, o setor de comércio foi o segundo maior gerador de postos de trabalho, com um saldo de 276.528 vagas. De acordo com a pasta, o desempenho é explicado pela forte aceleração do setor no quarto trimestre, puxada pelo comércio

varejista de mercadorias em geral e supermercados.

A construção civil apresentou saldo de 158.940 em 2023, uma alta de 6,6% em comparação ao ano anterior. Em quarto lugar ficou a indústria, que gerou 127.145 postos de trabalho, alta de 1,5%, e a agropecuária com 34.762 postos de trabalho gerados no ano, número 2,1% maior.

As 27 unidades federativas apresentaram saldos positivos na geração de empregos, com destaque para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. No comparativo entre as regiões, as maiores gerações ocorreram no Sudeste, Nordeste e Sul. O maior crescimento, porém, foi verificado no Norte, 5,2%, com geração de 106.375 postos no ano.

O economista da CM Capital, Matheus Pizzani, acredita que o desempenho do emprego formal não deve ser condição suficiente para que o Banco Central (BC) amplie a magnitude dos cortes na taxa básica de juros (Selic).

"O resultado marca uma inflexão na trajetória recente do mercado de trabalho brasileiro.

Apesar de negativo para a atividade econômica do país, o movimento pode ser mais um fator importante para sustentação do ciclo de corte de juros por parte do BC no patamar atual", disse.

Vaga formal desacelera mais que esperado

(Jéssica Sant'Ana, Gabriel Shinohara, Mariana Assis, Ivina Garcia e Luiz Fernando Figliagi)

Embora tenha mostrado certa resiliência, 2023 fechou com menor criação líquida de vagas formais de trabalho do que a de 2022, com resultado abaixo de expectativas do governo. A desaceleração veio sob efeitos de juros ainda altos e "normalização" da demanda após o pior período da pandemia de covid-19, apontam economistas. Para 2024, a expectativa deles é que a criação líquida de vagas formais seja menor que a do ano passado, como reflexo de esperada desaceleração econômica.

Houve abertura líquida de 1,484 milhão de vagas com carteira assinada em 2023, segundo dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O resultado ficou abaixo da mediana de 13 estimativas de instituições financeiras e consultorias coletadas pelo Valor Data, de abertura líquida de 1,538 milhão de vagas. O saldo ficou abaixo do de 2022, quando foram abertas 2,013 milhões de vagas.

O aumento do emprego formal continuará a apoiar o consumo das famílias em 2024, aponta a XP, que projeta criação líquida de 1,1 milhão de vagas formais em 2024. "A nosso ver, o emprego formal continua sólido. Embora não haja método oficial de dessazonalização [no Caged] - o que leva a diferentes estimativas na base mensal -, os sinais recentes corroboram nossa visão de desaceleração", avalia o economista da XP Rodolfo Margato.

A desaceleração no mercado de trabalho já era prevista, segundo Bruno Imaizumi, economista da LCA Consultores. A projeção do **PIB** da consultoria para 2024 é de 1,5% e na geração de empregos a estimativa é de criação líquida de 1 milhão de vagas. "É um número alinhado com o que temos de crescimento econômico esperado." O dado do Caged confirma que houve resiliência do emprego formal em 2023, aponta o economista Lucas Assis, da Tendências. A desaceleração de dezembro, diz, está dentro do padrão sazonal de fechamento de vagas.

Em dezembro, o país registrou o fechamento líquido de 430,16 mil vagas formais. Houve 1,503 milhão de admissões contra 1,933 milhão de desligamentos.

O resultado do mês também foi pior que o da estimativa mediana do Valor Data, que indicava perda líquida de 371 mil vagas.

Para André Galhardo, economista-chefe na Análise Econômica, o resultado de dezembro reforça as incertezas para os próximos trimestres. O resultado do mês veio pior que o estimado pela consultoria, mas a queda em dezembro "não é inesperada". "Isso só endossa o processo de normalização do crescimento pós-pandemia", diz Galhardo. O número, avalia, reflete a desaceleração econômica geral e a alta taxa de juros, apesar dos esforços para diminuir a Selic.

Segundo João Sauvignon, da Kínitro, o desempenho surpreende mesmo desconsiderando a média de desligamentos para dezembro.

"Mesmo limpando a sazonalidade gerada no período, os números mostram que o saldo está pior do que esperávamos. Em comparação a novembro, identificamos um crescimento de 1,9% de desligamentos, mesmo tirando a sazonalidade", destaca. Apesar disso, ele acredita que a composição de setores balanceia as projeções, que mostram desaceleração no crescimento.

Para Sauvignon, é possível afirmar que o país passa por um processo de retorno à normalidade do mercado de trabalho. "Apesar de o melhor momento ter ficado para trás, ainda estamos longe de um mercado de trabalho fraco." O dado do Caged para dezembro de 2023 deve influenciar as decisões de política monetária do Brasil nos próximos meses, segundo o economista da CM Capital, Matheus Pizzani. Para ele, essa influência acontecerá, principalmente, pelo mercado de trabalho apresentar comportamento condizente ao momento do ciclo econômico e de juros do país.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, disse que a informalidade no mercado de trabalho pode ter trazido os números de geração de emprego de 2023 para baixo. O ministro considerou o resultado de 2023 "razoável" para o primeiro ano de governo. Para 2024, Marinho disse que a "tendência" é um resultado melhor, mas evitou fazer projeções. No ano passado, Marinho chegou a estimar geração de emprego de 2 milhões em 2023.

"Apesar de o melhor momento ter ficado para trás, ainda estamos longe de um mercado de trabalho fraco" João Sauvignon

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187778?page=1§ion=1>

Fazenda monta "plano de guerra" para reduzir bloqueios e manter déficit zero

BIANCA LIMA MARIANA CARNEIRO ANNA CAROLINA PAPP

A equipe econômica montou um "plano de guerra" para reduzir, ao máximo, a necessidade de bloqueio orçamentário no primeiro relatório bimestral de receitas e despesas do ano, previsto para março - e, assim, tentar manter viva a meta de déficit zero em 2024.

O entendimento é de que um contingenciamento (bloqueio preventivo de despesas) expressivo inviabilizaria politicamente a manutenção do objetivo fiscal perseguido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com o aumento da pressão do PT e de integrantes do próprio governo para abandonar a meta de zerar o déficit.

A estratégia é acelerar, no curtíssimo prazo, a entrada de arrecadação nova no caixa da União e tentar garantir o maior corte possível de gastos por meio do combate a fraudes, principalmente na Previdência. Há ainda negociações com o Congresso para postergar decisões com impacto nas contas públicas - como, por exemplo, a desoneração da folha de pagamentos e a recomposição de políticas públicas desidratadas pelos parlamentares (mais informações na pág. B2).

Assim, o plano da equipe econômica se baseia em quatro pilares principais: um voltado à ampliação das receitas e outros três direcionados à contenção de gastos. Mas como são todas ações de curto prazo, há dúvidas sobre como o governo seguirá evitando contingenciamentos ao longo dos próximos relatórios bimestrais e alcançará as metas propostas para os exercícios seguintes.

ARRECADANÇA. Pela ótica da receita, primeiro pilar do plano, a medida considerada mais urgente é a regulamentação da lei que altera a tributação das empresas que recebem algum tipo de subvenção do ICMS. A medida provisória que determina a volta da tributação federal sobre essas grandes companhias foi aprovada no apagar das luzes de 2023, e o Fisco corre para colocar as regras em pé nos próximos dias. O governo estima arrecadar R\$ 35 bilhões por ano com a medida, mas há um valor a ser recolhido no curto prazo que ainda não está na conta.

Com a mudança legal, o governo pretende cobrar o

devido em **impostos** federais dos últimos cinco anos. As empresas terão, contudo, um desconto de 80% nas dívidas tributárias, caso façam a adesão voluntária ao programa. Os 20% desse estoque ainda não estão no cômputo da arrecadação prevista, e é com isso que a Fazenda trabalha para incrementar a receita no curtíssimo prazo.

O entendimento da **Receita Federal**, segundo apurou o Estadão, é de que o desconto é favorável às empresas a ponto de desestimular a contestação judicial, que geraria pagamentos de custas judiciais acima desse percentual. Assim, se acredita que haverá interesse em optar pelo recolhimento imediato.

O universo de tributação dessa medida alcança, principalmente, 500 grandes empresas, que responderam por dois terços da renúncia tributária com a medida em 2022, avaliada em R\$ 53 bilhões.

A Receita também prepara a regulamentação da tributação dos sites de apostas esportivas, cuja arrecadação prevista no Orçamento deste ano é de pouco mais de R\$ 700 milhões.

A cifra, porém, é considerada conservadora. Também são conservadoras, para a Fazenda, as projeções sobre o potencial de receitas com medidas aprovadas em 2023, como a tributação dos fundos offshore e exclusivos - em dezembro, o recolhimento de **impostos** foi de R\$ 3,9 bilhões, ante previsão de R\$ 3,2 bilhões.

GASTOS. Pelo lado do gasto, outro pilar do plano, a aposta principal é no combate a fraudes na Previdência, por meio do maior uso da inteligência artificial no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), como antecipou o Estadão em dezembro. Desde o último dia 15, a ferramenta criada pela Dataprev realiza varreduras em atestados médicos enviados pela internet.

Um grupo de trabalho interministerial também está debruçado sobre esses pagamentos, que representam a maior despesa pública. A meta de economia na revisão dos benefícios é de R\$ 12,5 bilhões, inclusive já incorporada ao Orçamento de 2024. Mas a avaliação no governo é de que há espaço para superar essa cifra.

Por isso, o ministro da Previdência, Carlos Lupi, tem sido chamado de possível "salvador" do Orçamento. Ele se reuniu na última segunda-feira com Haddad para discutir o tema.

Na saída, Lupi disse que as ações tocadas pela pasta devem superar a meta prevista no Orçamento. O objetivo é tentar repetir o que o Ministério do Desenvolvimento Social fez com as revisões do Cadastro Único, que levaram a uma economia de mais de R\$ 10 bilhões no Bolsa Família.

CONTAS

R\$ 35 bilhões é quanto o governo espera arrecadar em **impostos** de empresas que recebem subvenções do ICMS

R\$ 12,5 bilhões é a economia mínima esperada pelo governo com a revisão dos benefícios do **INSS** por meio do uso de uma nova ferramenta de inteligência artificial

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Brasil despenca 10 posições no ranking da corrupção

Brasília- As ações tomadas pelo governo de Jair Bolsonaro e no primeiro ano de mandato de Luiz Inácio Lula da Silva foram as causas da queda do Brasil no ranking da corrupção, afirmou ontem a ONG Transparência Internacional. O país perdeu dois pontos e despenca dez posições, ficou em 104º lugar entre os 180 do Índice de Percepção da Corrupção de 2023, divulgado pela entidade. O índice classifica as nações de acordo com uma pontuação que vai de zero, no pior cenário de corrupção, a 100, no melhor. Enquanto a média mundial ficou estagnada em 43 pontos pelo 12º ano consecutivo, a pontuação brasileira caiu de 38 para 36 pontos em 2023. É a pior queda do Brasil desde 2017, quando perdeu 17 posições no ranking em relação a 2016 (foi de 79º para 96º lugar).

Segundo a Transparência Internacional, o declínio está ligado à dedicação à neutralização do sistema de freios e contrapesos da democracia durante os anos de governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Ao mesmo tempo, a organização aponta a falta de compromisso da administração de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em reconstruir esse sistema e os mecanismos de controle da corrupção em seu primeiro ano de mandato.

"Os anos de Jair Bolsonaro na Presidência da República deixaram a lição de como, em poucos anos, podem ser destruídos os marcos legais e institucionais anticorrupção que o país levou décadas para construir, e o primeiro ano de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência deixa a lição de como é (e ainda será) desafiadora a reconstrução, aponta a Transparência Internacional. A ONG também criticou as nomeações de Cristiano Zanin e Flávio Dino para o Supremo Tribunal Federal e de Paulo Gonet para a Procuradoria-Geral da República.

Um dos fatores apontados pelo relatório da ONG para a queda do Brasil no ranking ocorreu no governo Bolsonaro com o "desmanche do pilar de controle jurídico", por meio da ingerência em instituições como a Procuradoria-Geral da República, a Polícia Federal, a Controladoria-Geral da União, a Advocacia-Geral da União, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e a **Receita Federal**.

De acordo com a Transparência Internacional, a "peça

central" desse esforço foi a nomeação de Augusto Aras para a PGR. Ele "desarticulou o enfrentamento à macrocorrupção" e foi "responsável por uma retração histórica nas funções de controle constitucional dos atos do governo", diz a Transparência. "Se os ataques dos fanáticos golpistas destruíram fisicamente as sedes dos Três Poderes, a omissão da PGR contribuiu para sua destruição institucional", afirma ainda o relatório da ONG sobre os ataques de 8 de janeiro de 2023 em Brasília. Os atos golpistas também são apontados como pontos negativos do último ano pelo ranking de percepção da corrupção.

reação

A presidente do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann, respondeu ao relatório afirmando que a ONG tem "longa trajetória de desinformação" contra o partido. "Acusar de retrocesso a indicação dos ministros Cristiano Zanin e Flávio Dino ao STF, além da escolha de Paulo Gonet para a PGR, revela apenas a má vontade e a oposição política da ONG a @LulaOficial e ao PT. Queriam que Lula indicasse procurador-geral e ministros lavajatistas? Expliquem antes quem financia vocês. Abram suas contas", disse Gleisi no X (antigo Twitter).

A Controladoria-Geral da União (CGU) também reagiu ao relatório. Em nota oficial, o órgão afirmou que "reverteu quase duas centenas de sigilos abusivos e, mais importante, estabeleceu regras para prevenir novas violações da Lei de Acesso à Informação". "O governo Lula vem restabelecendo a estrutura dos conselhos de políticas públicas, espaços essenciais - como reconhece o relatório da TI - para a prevenção e o controle da corrupção. Há de ressaltar, no entanto, que estudos internacionais discutem as limitações metodológicas de índices baseados em percepção, por isso seus resultados devem ser vistos com cautela. "Diversos organismos internacionais, entre eles ONU, G20 e OCDE, têm discutido a elaboração de novas medidas sobre o tema. A corrupção é um fenômeno complexo e nenhum indicador consegue medir todos os seus aspectos", acrescentou a Controladoria-Geral da União.

104º

LUGAR É A POSIÇÃO DO BRASIL NO RANKING DA CORRUPÇÃO ENTRE 180 PAÍSES

"O governo Lula vem restabelecendo a estrutura dos conselhos de políticas públicas, espaços essenciais - como reconhece o relatório da TI - para a prevenção e o controle da corrupção.

Há de ressaltar, no ^

entanto, que estudos internacionais discutem as limitações

metodológicas de índices baseados em percepção, por isso seus resultados devem ser vistos com cautela"

Controladoria-Geral da União

Resposta ao relatório da Transparência Internacional

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Mercadante diz que BNDES precisa de garantia para dar crédito a aéreas

MARIANA CARNEIRO

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, disse ontem que o banco não abrirá mão de garantias caso decida oferecer uma linha de crédito emergencial às empresas aéreas. O governo discute formas de socorrer o setor em meio ao pedido de recuperação judicial da Gol nos Estados Unidos e à alta nos preços das passagens.

"O BNDES não tem como fazer financiamento sem garantias", afirmou Mercadante, ao Estadão. "Nós só emprestamos com garantia." O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, disse na semana passada que o governo iria criar um fundo de até R\$ 6 bilhões para as empresas aéreas, com formatação a ser definida pelo BNDES e pelo Ministério da Fazenda. Mas esse valor não está fechado, nem definido como funcionará o fundo.

Mercadante assegurou que, se a ideia de criação da linha avançar, o crédito será oferecido pelo BNDES ao custo da TLP (Taxa de Longo Prazo) - que acompanha os preços de mercado. Ou seja, não haveria subsídio do banco por meio de taxas de juros reduzidas.

O BNDES estuda há meses a oferta de uma linha de capital de giro para as empresas do setor, mas esbarra no problema das garantias. As empresas aéreas chegaram a sugerir slots (espaços em aeroportos) e aeronaves em leasing como objeto de garantia, mas essa oferta não prosperou.

"PL VIRADO". A Gol e a Azul estão com o "PL virado" - ou seja, a dívida supera o patrimônio, o que inviabiliza a obtenção de empréstimos ou cartafiança no mercado privado; por isso, o BNDES está sendo chamado a socorrê-las.

O governo avalia se é possível que o Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac), que é abastecido por taxas aeroportuárias, funcione como um garantidor à semelhança do que ocorre hoje com o Fundo Garantidor de Operações (FGO) para o refinanciamento de dívidas de pessoas físicas do Desenrola.

Dessa forma, o BNDES poderia oferecer o crédito com a garantia de ressarcimento em caso de inadimplência do fundo federal. O problema é que o Fnac é uma

reserva apenas contábil, sem recursos em caixa, ao contrário do FGO. Por isso, a análise está sendo conduzida pelo Ministério da Fazenda.

Caso haja a necessidade de desembolsos para cobrir inadimplência, haverá custo fiscal. "O BNDES tem inadimplência de 0,01%, e queremos que continue assim", disse Mercadante.

Por iniciativa do líder do Republicanos na Câmara, Hugo Motta (PB), um projeto de lei que muda as características do Fnac e permite que seja usado para garantir operações de crédito a empresas aéreas teve o pedido de tramitação urgente aprovado no fim de novembro, na Câmara. Motta é do mesmo partido do ministro Silvio Costa Filho. Segundo apurou o Estadão, o texto foi elaborado a fim de resolver o impasse com o BNDES.

O pedido de recuperação judicial da Gol nos Estados Unidos, no entendimento do governo, pode levar a uma nova rodada de aumentos de preços e redução de rotas, uma vez que a companhia aérea assumirá compromissos com credores para pagar dívidas.

Além disso, Costa Filho negocia com as empresas a adesão ao programa Voa Brasil (com passagens a R\$ 200 para aposentados do **INSS** e estudantes do Prouni), cujo lançamento está previsto para a próxima semana.

Conforme mostrou a Coluna do Estadão, uma nova reunião está marcada para amanhã, na Casa Civil, para discutir o socorro à companhia.

"O BNDES tem inadimplência de 0,01%, e queremos que continue assim"

Aloizio Mercadante Presidente do BNDES

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Previdência dos militares tem rombo de R\$ 49 bi em 2023, alta de 3,6%

RENAN MONTEIRO renan.monteiro@oglobo.com.br
BRASÍLIA -

O Ministério da Fazenda informou ontem que a previdência dos militares fechou o ano de 2023 com um déficit de R\$ 49,7 bilhões. Foi uma alta de 3,6% em relação ao acumulado no ano de 2022, quando o rombo ficou em R\$ 47,8 bilhões.

O chamado Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas abarca todas as pensões e proventos dos militares e seus dependentes - só não envolve a remuneração dos militares da ativa.

Os servidores aposentados das Forças Armadas têm um custo líquido anual - descontada a arrecadação - de R\$ 32,17 bilhões. E as pensões representam um gasto de R\$ 17,55 bilhões.

Já o Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), que paga os benefícios do **INSS**, apresentou déficit de R\$ 315,7 bilhões no ano passado, um aumento de 16,8% em relação a 2022 (R\$ 270,2 bilhões).

O Regime Próprio de Previdência dos **Servidores Públicos**, que banca a aposentadoria dos servidores federais, apresentou resultado negativo de R\$ 54,8 bilhões, uma variação de 8,3% frente ao déficit verificado em 2022.

Os dados do governo também mostram que foram gastos, no ano passado, R\$ 100,8 bilhões com manutenção e desenvolvimento do ensino - 51% acima do piso estabelecido para Educação.

Na Saúde, os gastos superaram o piso em 21%.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pasep: admitido antes de 1988 pode ter restituição

O abono salarial PIS/Pasep 2024 começa a ser pago no mês que vem. O que muitos não sabem é que uma recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (STF) determinou que **servidores públicos** federais admitidos no funcionalismo antes de 1988 podem ter direito à restituição do Pasep.

A medida vale para funcionários da administração federal que foram pagos incorretamente ou que não receberam os valores devidos. A Corte entendeu que houve falhas na prestação de serviço por parte do Banco do Brasil (BB) no pagamento a esses servidores.

Todos os funcionários públicos - entre aposentados, pensionistas, ativos e inativos - que foram admitidos antes de 1988 têm direito ao benefício, desde que possam comprovar as falhas.

A decisão do STJ também resultou no desbloqueio das ações judiciais relacionadas a essa questão, que estavam suspensas desde 2021. Entretanto, a Associação Nacional dos Servidores da Previdência e **Seguridade Social** (Anasps), após entrar com uma ação na Justiça, informou que, apesar do reconhecimento do STJ, a restituição somente ocorrerá após a verificação de dados, respeitando os prazos prescricionais e os critérios como análises contábeis e ciência dos desfalques nas contas por parte dos funcionários públicos atingidos.

Muitas ações terminam sem vitória para o funcionário público, por falta de provas, o que gera grandes custos advocatícios. Os que não foram vítimas de falhas no pagamento e têm direito assegurado a receber o abono neste ano vão recebê-lo conforme um calendário estipulado pela Caixa Econômica Federal.

Em nota, o Banco do Brasil afirmou que o STJ não decidiu em desfavor da instituição e afirmou que teria responsabilidade apenas em casos de eventuais falhas em prestação de serviço, como em casos de saques indevidos ou desfalques. No entendimento do banco, a Corte destacou que poderia haver alguma responsabilidade caso houvesse o emprego de índices de correção diferentes do determinado, "o que, na prática, não ocorreu".

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Julgamento da revisão da vida toda retorna amanhã - COLUNA FALANDO DO APOSENTADOS

JOAO ADOLFO DE SOUZA

A revisão da vida toda do **INSS** é uma oportunidade para os beneficiários aumentarem o seu salário através da solicitação de reavaliação do seu benefício previdenciário. O Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou essa possibilidade ainda no ano de 2022. Contudo, o **INSS** acabou entrando com um recurso através da Advocacia-Geral da União (AGU), sua representante no processo. O recurso tem o intuito de limitar os efeitos da decisão e o alcance do pagamento. Dessa forma, o julgamento seguiu em plenário virtual e os ministros estavam votando referente a esse pedido do **INSS**. Mas o processo teve mais uma reviravolta e acabou suspenso. Novo julgamento começa amanhã.

Inicialmente, é preciso esclarecer que a revisão da vida toda do **INSS** já está aprovada, desde o ano de 2022. Ou seja, os ministros não estão discutindo sobre a sua validade ou não. A discussão agora é sobre os seus efeitos e limitação, como quem terá direito e o prazo para a solicitação.

Dentre os pedidos do **INSS** no recurso, estão que a correção passe a valer só após a publicação do acórdão do STF, em 13 de abril de 2023, que não seja possível abertura de ação rescisória para pagar valores a quem já perdeu o caso na Justiça e que seja declarada a nulidade do julgamento.

O ministro Alexandre de Moraes aceitou em parte os embargos e determinou que os processos sobre o tema fiquem parados. A ministra Rosa Weber foi contrária e modulou as condições. Para ela, os beneficiários que entraram com ação até 26 de junho de 2019 - data em que o caso começou a ser julgado no STJ - terão direito aos atrasados referentes aos cinco anos anteriores ao início do processo.

Já o ministro Cristiano Zanin, que assumiu o cargo no lugar de Ricardo Lewandowski, propôs o retorno do processo ao STJ. Para ele, houve omissão no voto de Lewandowski, ao não observar o que diz o artigo 97 da Constituição.

O artigo determina que, para uma lei ser

inconstitucional, é preciso haver a maioria absoluta na corte julgadora, o que não teria ocorrido no julgamento do STJ em 2019. Mas a presidência da OAB-SP apresentou uma manifestação contrária ao voto de Zanin. A entidade pede que o Supremo mantenha o voto de Lewandowski, reconheça a impossibilidade de rediscussão do mérito em embargos de declaração e discuta a questão de ordem antes de seguir ao julgamento dos embargos declaratórios.

Com todas essas reviravoltas, Moraes solicitou destaque da revisão, para que ocorra em plenário físico. Na retomada, que será amanhã, os ministros poderão mudar seus votos. Apenas o de Rosa Weber não muda, pois ela já está aposentada.

Para saber mais informações sobre o **INSS**, economia e finanças, você pode me acompanhar no meu canal no YouTube, João Financeira, e meu perfil no Instagram, @joaofinanceiraoficial.

Site: <https://flip.odia.com.br>

Caixa conclui pagamento da parcela do Bolsa Família de janeiro

Publicado em 31/01/2024 - 06:45
Agência Brasil - Brasília

Por

Bolsa Família.

A Caixa Econômica Federal conclui o pagamento da parcela de janeiro do novo Bolsa Família. Recebem nesta quarta-feira (31) os beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final zero.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas, com o novo adicional, o valor médio do benefício sobe para R\$ 685,61. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 21,12 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,48 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, 3,7 milhões de famílias foram canceladas do programa em 2023 por terem renda acima das regras estabelecidas pelo

O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes vínculos de emprego formal, renda e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 2,85 milhões de famílias foram incluídas no programa no ano passado. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Regra de proteção

Cerca de 2,4 milhões de famílias estão na regra de proteção em janeiro. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 373,07.

Auxílio Gás

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em fevereiro.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-01/caixa-conclui-pagamento-da-parcela-do-bolsa-familia-de-janeiro>

Prazo de concessão para aposentadoria será de 30 dias, diz presidente do INSS

Entrevista

/
Ana Vinhas, do R7

RECORD

JORNALISMO

VARIEDADES

Entrevista | Ana Vinhas, do R7

O prazo para começar a receber aposentadorias, pensões, salário-maternidade e auxílios do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) deve chegar a 30 dias até o fim deste ano. A informação é do presidente do instituto, Alessandro Stefanutto, em entrevista exclusiva ao R7 .

Após um ano, o tempo médio de concessão desses benefícios caiu de 79 para 47 dias, em dezembro de 2023. Apesar de ter alcançado o menor nível desde 2020, a meta para o prazo de análise dos pedidos dos cidadãos era chegar a 45 dias.

O presidente do **INSS** atribui a melhora às medidas para combater a fila da Previdência, que atualmente tem 1,5 milhão de pedidos em análise. O número de benefícios previdenciários superou 39 milhões no último ano.

Procurador federal da carreira da PGF (Procuradoria-Geral Federal), Stefanutto assumiu o cargo em julho do ano passado, quando começou a ser implementado o Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social** , com a volta do adicional por produtividade aos funcionários.

Além disso, em setembro começou a vigorar o Atestmed, que permite aos trabalhadores que precisam ficar afastados conseguir o benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) a distância, sem a necessidade de agendar nem de passar pelo exame médico em agência do **INSS**.

Com o novo sistema que trocou a perícia presencial pela análise documental, ele afirma que a Previdência deverá economizar "bilhões" neste ano. Juntamente

com o uso de inteligência artificial no combate às fraudes e o aumento da automação. Atualmente, três em cada dez benefícios são concedidos ou negados após cruzamento de dados realizado pelo sistema automatizado, também conhecida como "robô".

Stefanutto também disse que o **INSS** está preparado para o resultado do novo julgamento da revisão da vida toda, que deve ser retomado pelo Supremo Tribunal Federal a partir desta quinta-feira (1º). Sobre a antecipação do 13º salário para aposentados e pensionistas neste ano, ele afirmou que a decisão é do governo federal.

Leia a seguir a entrevista, realizada por telefone, no último dia 22 de janeiro.

R7 Entrevista - Após os avanços no último ano com o Programa de Enfrentamento à Fila, o novo sistema Atestmed e o aumento da automação, quais são as novidades para 2024?

Alessandro Stefanutto - A novidade é alcançar 30 dias [de tempo médio de concessão de benefícios], além da telemedicina, que vai levar a perícia para os rincões do país, como no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Amazonas, estados que temos dificuldade de fixar peritos.

Também haverá concursos de peritos que o Ministério da Previdência está cuidando. A teleperícia vai fazer cair o tempo de concessão da aposentadoria e de outros benefícios, como o auxílio por incapacidade. Teremos novidades ainda no campo de mais concursados entrando. E chegaremos ao final de 2024, que é o que interessa à população, com um modelo de **INSS** que traga felicidade às pessoas, com o uso mais intensivo da automação, da análise de dados e de inteligência artificial.

O STF deve retomar a partir do dia 1º de fevereiro o julgamento sobre a revisão da vida, que permite aos aposentados o direito de recalculer o benefício, considerando a média de todos os salários de contribuição da vida do segurado. Como o senhor avalia?

Como presidente do **INSS**, avalio que temos de estar preparados. Se houver derrota da Previdência, temos que nos preparar, articular com o relator, articular com

o governo. Como procurador, fizemos acordos em que parcelamos pagamentos de uma série de medidas com o Ministério Público e sindicatos.

Então eu não tenho receio nem preocupação exagerada, caso venha se confirmar a revisão da vida toda e o julgamento termine desfavorável para a gente. Claro que, se a revisão se confirmar, teremos um impacto no atendimento e isso vai afetar não só os beneficiários da revisão, mas os outros também, o que é ruim.

Mas, se verificar o direito, tem que pagar as pessoas e fazer isso de uma forma com bastante lealdade. Como presidente, estou mais preocupado, por enquanto, em chegar a 30 dias a concessão, para que as pessoas tenham tranquilidade e, quando vier a revisão, estaremos com mais gordura, digamos assim, para atender.

Desde 2020, o **INSS** tem antecipado para o primeiro semestre o 13º salário de aposentados e pensionistas. Este ano será antecipado também?

Isso é importante ver com o governo federal. Se o governo decidir ter, vai ter, e a gente vai operacionalizar isso. Mas não tenho essa informação.

Como o senhor vê os resultados do Programa de Enfrentamento à Fila?

Comparando o início do ano ao final do ano, que nós alcançamos um tempo médio de concessão de 47 dias para todos os benefícios, precisamos melhorar muito ainda, nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no cinturão do Brasil mais profundo. O ministro [da **Previdência Social**, Carlos Lupi] e eu mesmo apostamos em 45 dias. Claro que ficamos chateados, mas chegamos bem perto. Mais que uma aposta ou um desejo, ver que as pessoas, em sua maioria, estão recebendo o benefício por incapacidade temporária em poucos dias, isso é muito importante

As medidas tomadas ao longo do ano passado trouxeram quais avanços?

A minha avaliação de 2023 é muito positiva. Nós estávamos num modelo que produzia uma demora muito grande para as pessoas terem a sua renda reposta no momento de dificuldade. Quando a pessoa tem uma doença que a afasta do trabalho, ela precisa receber a renda logo. Esperar quatro, cinco e até sete meses é uma coisa muito cruel. Comparando ao início do ano passado, o benefício por incapacidade tinha uma média muito mais alta e uma demora muito grande para fazer perícia.

Quando entrei em julho, veio em seguida a medida

provisória que acabou nos dando o programa de Enfrentamento à Fila, que paga o adicional no trabalho extra, além da meta estabelecida, e os servidores ajudaram muito ao aderir ao sistema, conseguindo baixar a fila também. Mas, claramente, o grande salto foi a mudança do modelo.

Quando a gente faz um adicional, a gente tem efeito que eu chamo de sanfona, você diminui agora a quantidade de pessoas na fila, o tempo de demora. Mas, lá para frente, quando acaba esse modelo, as coisas voltam a ficar como estavam.

Qual a diferença do novo programa?

O que nós fizemos foi diferente. Fizemos um programa com adicional, mas ao mesmo tempo tomamos medidas estruturantes. E o Atestmed veio ao encontro da melhor gestão possível, porque você consegue entregar o benefício para a pessoa em até duas semanas. O benefício não programado, aquele que a pessoa tem que ficar afastada, não pode demorar. Esse, em especial, tem que ser muito rápido, para que a Previdência cumpra o seu papel, que é o de substituir a renda da pessoa naquele momento.

O Atestmed tem se mostrado também mais barato do que o modelo antigo. Com a demora da perícia, o perito acaba também sendo exposto a risco. Tudo isso reforça a necessidade de ter um modelo que seja mais auditável.

São três pilares: atender a população com mais rapidez, ser mais econômico e mais seguro para os operadores. Hoje, eu guardo todos os atestados médicos e consigo, com isso, a análise de dados, fazer comparação e verificar atestados que não estão conformes, que têm algum problema. Então você tem mais economia do que no modelo antigo. É um modelo mais rápido, mais barato e mais seguro do ponto de vista legal, do ponto de vista administrativo.

Alessandro Stefanutto

Com essas medidas, somadas ao número de 1.289 concursados que o ministro Carlos Lupi conseguiu trazer - sendo que 1.000 já estão trabalhando, e os outros 289 estão sendo capacitados -, mais os candidatos que ainda estão no cadastro de reservas, nós também alcançaremos um equilíbrio em que, ao final de 2025, teremos outro rumo de direção, com o **INSS** que entrega benefício rápido, gasta menos e mais seguro para quem opera.

No momento que o **INSS** recebe esses atestados, aí sim pode tomar uma medida, fazer análise de dados, cruzando informações com o CNIs [Cadastro Nacional de Informações Sociais], checando se médico que

deu o atestado trabalha naquele hospital. Todo esse emaranhado de coisas leva o **INSS** de 2024 a chegar a 2025 mais amigável à população, mais humanizado, porque a gente prioriza o segurado. Quando fizemos o Atestmed, a gente tinha certeza que iria ser bom para a população, bom para o contribuinte e bom para médicos e servidores, que passam a ter o sistema com mais segurança.

Qual é a estimativa de economia com esse novo sistema?

A estimativa de economia será apresentada ao ministro Lupi, que levará primeiro ao presidente Lula. Muito em breve, ela será divulgada. Mas posso dar um 'spoiler': a economia é bilionária.

Houve redução da fila de espera por benefícios?

A fila teve uma redução de 1,8 milhão para 1,5 milhão. É importante reduzir a fila, que mostra que estamos conseguindo entregar mais rápido o benefício, principalmente para quem está esperando. Mas a fila hoje não é presencial, é uma fila eletrônica. O número dela é importante, mas o mais importante é o tempo de atendimento.

Não adianta nada ter 500 mil pessoas na fila, se o meu tempo é mais de 200 dias. É mais ou menos como ir a um restaurante que tem 60 mesas e 30 cheias, mas você fica esperando porque ninguém atende. Não adianta nada. No momento que tenho restaurante cheio, mas atendo todo mundo rapidamente, isso que importa. A fila baixou. Nós recebemos com mais de 2 milhões e estamos entregando com 1,5 milhão.

Desde o dia 15 de janeiro, o instituto passou a utilizar inteligência artificial para combater fraudes em atestados médicos?

Nós não começamos a aplicar ainda, estamos fazendo a calibração, vendo modelos, para decidir usá-los. Estamos no momento que você calibra, acerta. O **INSS**, ao contrário do senso comum, tem menos fraudes do que as pessoas imaginam. Apesar do aumento de concessões no ano passado, o Atestmed não mostrou número relevante de fraudes. Mas isso não quer dizer que vamos fazer vista grossa e não utilizar as ferramentas tecnológicas. A economia do Atestmed vem de um modelo mais eficiente.

No momento que temos um banco de dados com mais de 1 milhão de atestados, é muito interessante que se possa verificar com a análise de dados a melhoria de gastos e a melhoria de entrega. Mas nós não acreditamos que a economia está aí. A economia do Atestmed vem do conceito de entregar benefício rápido, porque assim não fica pagando na

dependência da perícia, até que seja feita. Essa é a grande economia.

Alessandro Stefanutto

Qual é o gasto do **INSS** com fraudes?

Não temos esse número ainda. O que temos com certeza é que tínhamos um modelo de concessão de benefícios de perícia médica milionário e muito caro. Nós estamos com novo modelo e esse modelo é mais econômico e não tem a ver com fraude. No momento em que a gente melhorar o sistema, utilizando análise de dados de forma intensiva, certamente vão diminuir os gastos.

Certamente tem fraude agora. Entre um milhão de benefícios, se dez forem fraudados é um número expressivo que conseguimos descer. Quando se fala de fraude na Previdência, muitas vezes mostra-se um caso ou dois casos e que aí você extrapola achando que todo mundo fraudava. Não é verdade, não é isso que tem acontecido.

O número de concessões cresceu 11% em 2023. Isso acaba impactando o déficit da Previdência?

Se a pessoa tem direito ao benefício, o **INSS** tem que conceder. Nós não podemos deixar de conceder benefício porque existe um déficit. Nunca recebi orientação do governo do qual faço parte para não conceder benefício, para enrolar na fila, para não aumentar um gasto. Até porque nós entendemos que a Previdência não é gasto, mas sim um investimento.

Então aqui no **INSS** é uma operação e não tem como tomar uma decisão que seria ilegal, imoral, de não conceder benefícios que são de direito por causa de déficit. Seria muito cruel com as pessoas. Certamente que esse modelo da Atestmed e outras melhorias ajudam a equilibrar o sistema, ajudam a economizar sem impor às pessoas uma dor desnecessária.

É muito comum o pente-fino. Eu não, para mim pente-fino é para piolho. Mas nos últimos anos eles foram ineficientes. Porque é muito mais difícil você mexer no sistema, enfrentar interesses corporativos e mudar tudo.

As pessoas preferem fazer chamamento público, submeter a uma nova perícia. Estudo mostrou que mais de 90% dos processos revisados no **INSS** foram reativados na Justiça. Porque foram mal feitos, não foram feitos com a devida atenção. Criaram uma economia em 2017, que no ano seguinte se revetueu em pagamento de precatórios na Justiça.

Não podemos fazer isso com a população, esse me

engana que eu gosto. Tem que fazer algo sério, que melhore o atendimento e gere também economia. E nesse sentido, desculpe insistir, o Atestmed tem se mostrado uma ferramenta importante.

Alessandro Stefanutto

Carregando...

entrevista

Utilizamos cookies e tecnologia para aprimorar sua experiência de navegação de acordo com o Aviso de Privacidade .

Tenha à disposição toda a programação RecordTV e os conteúdos dos melhores canais em um só lugar.

Site: <https://entrevista.r7.com/prazo-de-concessao-para-aposentadoria-sera-de-30-dias-diz-presidente-do-inss-31012024>

Prazo para MEI voltar ao Simples Nacional termina nesta quarta; veja como regularizar

Brasília

*/
Giovana Cardoso, do R7, em Brasília*

Os microempreendedores individuais (MEI) excluídos do Simples Nacional têm até esta quarta-feira (31) para regularizar a situação e pedir enquadramento no regime tributário. Para ter o pedido aceito, o contribuinte deve regularizar todas as pendências. Caso contrário, deverá aguardar até janeiro de 2025 para entrar na categoria. Aqueles que não possuem irregularidades e desejam optar pelo regime têm o mesmo prazo.

Até esta segunda-feira (29), foram feitas 852.597 solicitações de opção pelo Simples Nacional. Desse total, 513.690 estão pendentes por não estarem regularizadas. A **Receita Federal** informou que os maiores percentuais de exclusões foram registrados no Rio de Janeiro, com 96,33% e 54 mil excluídos, e Amazonas, com 96,41% e 4 mil.

No ano passado, a Receita emitiu quase 400 mil termos de exclusão aos contribuintes do Simples Nacional que apresentaram algum débito com a Fazenda Nacional. Com a retirada, o CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) continua ativo, mas o contribuinte perde o benefício de recolher o tributo em valores fixos mensais.

Segundo a Receita, caso o contribuinte identifique alguma irregularidade nos débitos cobrados ou já tenha realizado o pagamento no prazo de 30 dias da notificação da exclusão, poderá contestar a decisão e deverá abrir um processo digital no site do Simples Nacional.

Para se enquadrar no Simples Nacional é necessário que a micro ou pequena empresa fature até R\$ 4,8 milhões anualmente. No caso do microempreendedor individual, o lucro deve ser de até R\$ 81 mil.

Para pagar ou parcelar os débitos em atraso, o contribuinte deverá acessar o aplicativo ou o portal do Simples Nacional. Nos casos de dívida ativa, o pagamento pode ser realizado de duas formas:

Débito de **INSS** deve ser recolhido em DAS DAU

(documento específico para Dívida Ativa da União), gerado pelo Regularize ; ou

Débito de ISS e ICMS devem ser feitos diretamente em guia própria do município ou estado responsável pelo tributo;

Para consultar os documentos referidos, o contribuinte poderá acessar a aba "Simei-Serviços" do Portal do Simples Nacional, por meio do Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional e MEI, ou pelo Portal e-CAC do site da **Receita Federal do Brasil**, mediante código de acesso específico, ou via Gov.BR, conta nível prata, ouro ou certificado digital.

Site: <http://noticias.r7.com/brasilia/prazo-para-mei-voltar-ao-simples-nacional-termina-nesta-quarta-veja-como-regularizar-31012024>

Calendário INSS de fevereiro: veja datas de pagamento da aposentadoria

Do UOL, em São Paulo 31/01/2024 05h00

Foi divulgada a programação da remuneração dos benefícios do **INSS** referentes ao mês de fevereiro. Os valores serão depositados a partir do dia 23.

Ao todo, serão distribuídos aproximadamente 39 milhões de benefícios, com 5.657.745 de natureza assistencial e 33.379.120 previdenciários. Esses números foram atualizados no mês de janeiro.

As datas de pagamento variam conforme o montante do benefício: pagamentos de até um salário mínimo ocorrem em datas distintas dos depósitos destinados a beneficiários com renda mensal superior ao piso nacional.

Para consultar a data de pagamento, é suficiente observar o último algarismo do cartão de benefício, desconsiderando o dígito verificador após o traço.

Por exemplo, se um cartão exibe o número 123456789-0, o dígito final considerado é o 9.

Para os beneficiários com histórico de recebimento, a data de pagamento segue o padrão comum.

Confira abaixo as datas de pagamento do **INSS** referentes a fevereiro:

Até 1 salário mínimo:

Acima de 1 salário mínimo:

O extrato do **INSS** pode ser acessado por meio do aplicativo do **INSS** e do site Meu **INSS**. Para entrar, basta fazer login com a conta Gov.br, o login único para os serviços digitais do governo federal.

Tanto no aplicativo quanto no site, o segurado poderá verificar informações cruciais, como o extrato de pagamento de benefícios, os valores a serem recebidos no próximo calendário, as datas de pagamento, além de possibilitar o agendamento ou remarcação de perícias e a utilização de outros serviços relacionados aos benefícios da **seguridade social**.

Além das diversas modalidades de aposentadoria (idade, invalidez, etc.), o **INSS** também abrange

benefícios como auxílio-doença, auxílio-reclusão, pensões, salários família e maternidade, pecúlio e seguro-defeso.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/01/31/calendario-inss-de-fevereiro-veja-datas-de-pagamento-da-aposentadoria.htm>

Filho tem direito a pensão por morte? E irmão? Conheça regras do benefício

Colaboração para o UOL *31/01/2024 04h00

Os segurados que contribuem para a **Previdência Social** têm o direito de deixar uma pensão por morte aos seus dependentes. Esse benefício envolve diversas regras e diferentes valores. Entenda abaixo o que é a pensão por morte, quem tem direito e como solicitar ao **INSS**.

A pensão por morte é um benefício previdenciário pago pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) aos dependentes de um trabalhador que morreu ou que teve sua morte declarada pela Justiça, como ocorre em casos de desaparecimento. Vale tanto para quem já era aposentado quanto para quem ainda não era.

O benefício pode ser pedido pelo site " Meu **INSS** ", pelo aplicativo "Meu **INSS**" (disponível para iOS e Android) ou pelo telefone 135.

Se não era aposentado, precisava ter a chamada qualidade de segurado na data da morte, ou seja, ele precisava estar contribuindo com a Previdência ou estar dentro do prazo que garante a condição de segurado, mesmo sem contribuir. Esse intervalo, chamado de "período de graça", varia de três meses a três anos, dependendo do tipo de segurado, do tempo de contribuição e se ele foi demitido.

Se um trabalhador tem mais de dez anos de contribuição ao **INSS** e é demitido da empresa, mesmo sem contribuir, ele mantém a cobertura previdenciária por até três anos.

A reforma da Previdência estabeleceu mudanças no cálculo do valor da pensão :

Para quem já era aposentado : a pensão será de 50% do valor da aposentadoria mais 10% para cada dependente, limitada a 100%. Uma viúva ou um viúvo sem outros dependentes, por exemplo, receberá 60%. Se são dois dependentes, o valor sobe para 70%, e se três, pula para 80%, até o limite de 100% para cinco ou mais dependentes.

Para quem não era aposentado: o **INSS** faz primeiro um cálculo de quanto seria a aposentadoria por incapacidade permanente da pessoa que morreu. É considerado 60% da média salarial calculada com

todos os salários de contribuição desde julho de 1994 com acréscimo de dois pontos percentuais para cada ano de pagamentos ao **INSS** que exceder 15 anos de contribuição (mulheres) ou 20 anos de contribuição (homens), até o limite de 100%. A partir daí, o **INSS** aplicará a regra de cota de 50% desse valor mais 10% para cada dependente.

Em caso de morte por acidente de trabalho, doença profissional ou do trabalho, as cotas serão aplicadas sobre 100% da média salarial. O mesmo se o dependente for inválido ou tiver grave deficiência intelectual ou mental.

A pensão não pode ser menor do que um salário mínimo nem maior do que o teto previdenciário.

Certidão de óbito ou documento que comprove a morte presumida.

Nos casos em que a morte ocorreu por causa de acidente de trabalho, deve ser apresentada a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT).

Documentos que atestem a condição de dependente da pessoa que pede o benefício, como certidão de nascimento (para filhos menores de 21 anos), certidão de casamento (cônjuges e companheiros), conta bancária conjunta (para pais e irmãos dependentes), entre outros.

Documentos pessoais com foto do dependente e do segurado que morreu, como RG.

Carteira de trabalho, carnê de recolhimento de contribuição ou outro documento que comprove a relação com o **INSS**.

Se o benefício for pedido por meio de um representante ou procurador, é preciso apresentar a procuração ou termo de representação legal, além de documento de identificação com foto e CPF do procurador ou representante.

Por lei, o **INSS** deveria conceder o benefício em até 45 dias após o pedido.

Dependerá de quando for feito o pedido do benefício. Se o pedido for feito em até 90 dias após a morte do trabalhador, a pensão por morte será paga

retroativamente, desde a data da morte. Se o pedido for feito mais de 90 dias depois da morte, o pagamento será retroativo à data do pedido.

No caso de dependentes menores de 16 anos ou considerados incapazes, o prazo para fazer o pedido é de até 180 dias após a morte para receber os valores retroativos.

A duração da pensão por morte varia conforme a idade e o tipo de beneficiário:

1) Para marido ou mulher, companheiro (a), cônjuge divorciado ou separado judicialmente que recebia pensão alimentícia:

- Duração de quatro meses: se a morte ocorrer sem que o segurado tenha feito 18 contribuições mensais à Previdência ou se o casamentou ou união estável começou menos de dois anos antes da morte do segurado

- Duração variável: se a morte ocorreu depois que o segurado fez 18 contribuições mensais e tinha pelo menos dois anos de casamento ou união estável ou se a morte acontecer por acidente. O período de recebimento varia conforme a idade do dependente:

Atenção: se o trabalhador morrer em um acidente, não será preciso cumprir esse prazo de 18 contribuições para garantir o direito nem o tempo de casamento ou união estável. O prazo de recebimento, porém, segue o da tabela acima.

2) Para filhos, pais ou irmãos do segurado que morreu

Para filhos, o **INSS** não exige um tempo mínimo de contribuição como acontece com cônjuges ou companheiros. O benefício é devido até os 21 anos de idade, salvo em casos de invalidez ou deficiência. Pais precisam comprovar dependência econômica. Irmãos também precisam comprovar dependência econômica e recebem o benefício até os 21 anos de idade.

Cônjuges ou companheiros que tiverem 44 anos ou mais podem ter direito à pensão por morte vitalícia desde que o segurado que morreu tenha feito ao menos 18 contribuições ao **INSS** e se o casamento ou união estável tinha mais de dois anos. Em casos de invalidez ou deficiência, filhos também podem receber o benefício por toda a vida.

Sim. O valor é dividido em partes iguais. Se for a mulher e um filho, por exemplo, o valor do benefício será a metade. Se for a mulher e dois filhos, o valor será dividido em três.

O valor também é dividido igualmente entre ex-

cônjuge e o atual companheiro, se a ex-mulher ou ex-marido recebia pensão alimentícia.

Não. A reforma da Previdência estabeleceu que quando o filho completa 21 anos e deixa de ter direito à pensão, sua parte também deixa de ser paga. Assim, se a mãe e o filho tinham direito a 70% da aposentadoria, quando o filho completa os 21 anos, a mãe passará a receber 60% da aposentadoria.

A reforma da Previdência mudou as regras de acúmulo de benefícios. Ainda é possível receber ao mesmo tempo aposentadoria e pensão do **INSS**, mas haverá uma limitação no valor do benefício menor. O segurado receberá o valor integral do benefício que for mais vantajoso e uma parte do que for menor.

Sim. O pensionista pode casar novamente e não perderá o direito à pensão do **INSS**.

Não. O BPC (Benefício de Prestação Continuada) é um benefício assistencial pago ao idoso de 65 anos ou mais e pessoas com deficiência de qualquer idade de baixa renda e não deixa pensão por morte.

Fonte: **INSS**, Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, advogado previdenciário Luiz Felipe Pereira Veríssimo e advogado trabalhista Douglas Aquino Fernandes

*Com matéria publicada em 24/08/2022

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/01/31/pensao-por-morte-do-inss-o-que-e-quem-tem-direito-e-como-pedir.htm>

É preciso concluir a reforma tributária (Visão do Correio)

Correio Braziliense

O Congresso retoma suas atividades na prática na segunda quinzena de fevereiro, mas antes mesmo da volta às votações em comissões e no plenário, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), convocou uma reunião de líderes partidários para a próxima segunda-feira. Na pauta, estará o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva às emendas de comissão ao sancionar o Orçamento de 2024, retirando R\$ 5,6 bilhões dos deputados e senadores em ano eleitoral. E, aí, há um risco para toda a sociedade, não apenas pelo fato de uma tensão entre Executivo e Legislativo ser sempre um fator de instabilidade para investidores e empresários, mas sobretudo porque esse ambiente pode contaminar as votações dos projetos destinados a regulamentar a **reforma tributária**, alardeada por todos como a grande transformação vivida pelo Brasil nos anos recentes.

A previsão é de que 60 dias após a promulgação da **reforma tributária** o governo envie ao Legislativo os projetos de lei que vão regulamentar as novas normas tributárias do país, incluindo as alíquotas da cobrança única da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) federal e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) estadual e municipal, que deve ficar próxima a 27,5%, e a questão dos incentivos fiscais, com potencial de gerar uma judicialização do tema. Setores que devem ser afetados, sobretudo nos serviços, estão emitindo alertas para o risco de se eliminar benefícios para baratear os custos da conta de água, por exemplo.

Isento do Imposto sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), o fornecimento de água e esgoto deve passar a contribuir com a alíquota cheia (27,5%), elevando o custo para os consumidores. Não é algo que deva ocorrer no curto prazo, mas que se não for regulamentado agora, para que os incentivos permaneçam, haverá a penalização dos consumidores a partir de meados de 2033, quando ICMS e ISS devem ser efetivamente extintos. Este é apenas um ponto. Como ele, há outros que precisam de regulação complementar.

O governo se movimentou e em meados de janeiro criou os grupos de trabalho com estados e municípios para fixar a legislação para regular a **reforma**

tributária sobre o consumo, com prazo de 60 dias para entrega das proposta de texto legal que precisam ser enviados ao Congresso em até 180 dias após a promulgação da reforma em 20 de dezembro de 2023. A intenção do Executivo é receber as propostas para então formular os projetos de lei que Câmara e Senado terão de aprovar para completar a **reforma tributária** do ponto de vista legal.

A expectativa é de que essas propostas sejam encaminhadas e votadas neste ano, que será encurtado pelas eleições municipais. Para tanto, é necessário que deputados e senadores considerem que a **reforma tributária** é uma proposta para o Brasil e não exclusiva do governo. A promessa dos parlamentares é bloquear votações de interesse do governo por causa do veto às emendas e à desoneração da folha de pagamentos. É preciso que a reforma seja regulamentada o quanto antes, uma vez que o período de transição é muito longo e haverá a convivência de dois regimes tributários por um bom tempo. Concentrados apenas em reagir contra o Planalto, parlamentares não podem agir contra o Brasil.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<https://www.correio braziliense.com.br/opinia o/2024/01/6795262-e-preciso-concluir-a-reforma-tributaria.html>

Reforma tributária! E agora? (Artigo)

Nilson Fernandes Diretor de comunicação do Sintaf

No final de 2023, foi alardeada aos quatro ventos a aprovação da **Reforma Tributária**, após 30 anos de discussões. De fato, no cômputo geral da proposta de emenda à Constituição, podemos dizer que há, sim, uma reforma. A questão é: que reforma é essa? Onde ela de fato atinge e modifica o sistema atual? É completa ou ainda faltam apartes relacionados à renda e ao patrimônio? Por enquanto, ela só atingiu, mais propriamente, estados e municípios. Como essa reforma se aplica hoje? O que falta ser feito?

Neste dia 31 de janeiro, a Fundação Sintaf, com apoio do Sindicato dos Fazendários do Ceará (Sintaf), realizará um seminário a esse respeito que trará um conjunto de análises bastante factuais, sob três perspectivas.

Com o deputado federal Mauro Filho, o encontro, intitulado "Aprovada a **Reforma Tributária**: e agora?", vai abordar os aspectos políticos das discussões, os grupos que se formaram, as forças políticas em contraste dentro do Congresso Nacional acerca da iniciativa, que muda radicalmente a forma de cobrança dos **impostos** sobre o consumo. Em seguida, o auditor da Receita Estadual Lúcio Maia, pesquisador sênior do Observatório das Finanças Públicas do Ceará (Ofi-ce), laboratório mantido pela Fundação Sintaf, fará uma abordagem de foco mais local, apontando as consequências do processo para a economia cearense, as repercussões porvindouras. Por fim, o presidente da Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital) Francelino Valença, fará uma exposição mais geral, sob o ponto de vista institucional, alertando para os impactos nos estados e Distrito Federal, as expectativas e novidades, a exemplo do Comitê Gestor criado para gerir todo o processo de distribuição da tributação, partindo de um novo e grato princípio: o do destino, iniciativa consagrada no mundo todo, mas que no Brasil é aguardada desde a Constituição de 1988.

O debate é esclarecedor, pois trará à baila um novo e rico momento do país, com mudanças reais em nossas vidas. Precisamos manter de pé as esperanças de dias melhores, em um Brasil mais justo e equilibrado, com a tributação sendo o primeiro princípio para que se possa fazer justiça social.

De fato, no cômputo geral da proposta de emenda à Constituição, podemos dizer que há, sim, uma reforma

Site: <https://diariodigital.verdesmares.com.br/assinante>

Regulamentação da reforma tributária mobiliza prefeitos

Rodrigo Carro

Os municípios estão se organizando para fazer valer suas reivindicações no processo de regulamentação da **reforma tributária**. A ação acontece na esteira da publicação neste ano da portaria no 34 pelo Ministério da Fazenda, que criou grupos técnicos - com participação de representantes de Estados e municípios - para subsidiar a redação de anteprojetos. O objetivo é que esses anteprojetos sirvam de base para o Legislativo no processo de regulamentação.

Houve a criação de 19 grupos técnicos e um de análise jurídica, como parte do Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo (PAT-RTC), instituído pela portaria. Além disso está prevista a formação de comissão de sistematização e de uma equipe de quantificação, de caráter consultivo.

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) praticamente espelhou a estrutura montada pelo Ministério da Fazenda, criando 18 comitês de assessoramento e mais três para colaborar com as instâncias de sistematização, assessoramento jurídico e quantificação.

"O que nós queremos é ter uma posição coletiva das cidades", explica Gilberto Perre, presidente-executivo da FNP. A entidade reúne 415 cidades onde está concentrado aproximadamente 75% do Produto Interno Bruto (**PIB**) do país.

O único grupo técnico do PATRTC que não será acompanhado pela Frente Nacional de Prefeito é o que trata da regulamentação do Imposto Seletivo, tributo federal que incidirá sobre produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente.

"Estaremos aptos, de forma qualificada, a acompanhar e opinar sobre a tramitação dos projetos", afirma Perre.

A prioridade da FNP será o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que vai unificar o ICMS (de competência dos Estados) e o ISS (cobrado pelas prefeituras). Um dos pontos sensíveis da regulamentação do novo imposto diz respeito ao Comitê Gestor do IBS, que terá representantes dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

"Na verdade, a **reforma tributária** vai começar mesmo agora. É por isso que os municípios estão atentos. A Proposta de Emenda à Constituição [aprovada] faz uma grande moldura, com 71 pontos em aberto que terão de ser regulamentados", esclarece o tributarista Leonardo Gallotti Olinto, sócio do escritório Daudt, Castro e Gallotti Olinto Advogados.

Um segundo tema que a Frente Nacional de Prefeitos se dispõe a acompanhar de perto é o da fiscalização da cobrança do IBS.

"Hoje, o tributo é da União ou do Estado ou do município. Quem terá essa atribuição [de fiscalizar] já que se trata de **impostos** compartilhados?", questiona Perre.

Presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski destaca que a experiência e o conhecimento das prefeituras é maior no que tange à fiscalização tributária do setor de serviços, sobre o qual incide o ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza). "Vamos ter de qualificar os servidores para essa mudança", diz Ziulkoski, referindo-se à junção do ISS com o ICMS.

Para Leonardo Olinto, todo o corpo de fiscalização tributária estadual e municipal ficará sem função na medida em que tanto o IBS como a Contribuição Sobre Bens e Serviços (substituta do IPI, do PIS e da Cofins) serão **tributos** federais.

"A arrecadação é toda federal", resume o tributarista, ressaltando que ainda haverá **tributos** municipais (IPTU e ITBI) e estaduais (IPVA e ITCMD). "O dinheiro irá todo para a União e o Comitê [Gestor do IBS] vai repassar ao município. Vai tudo virar um grande FPM [Fundo de Participação dos Municípios]." Com cerca de 5.200 municípios filiados, a CNM indicou mais de 40 técnicos de prefeituras para os grupos do PAT-RTC, entre fiscais e administradores na área tributária.

"Vamos ter uma linha. Procuramos ter perfil nacional", diz Ziulkoski.

Em vez de seguirem suas opiniões pessoais, os indicados terão de adotar posições que reflitam um consenso entre os municípios, segundo o dirigente. A CNM está montando uma equipe interna para discutir

a regulamentação da reforma e traçar estratégias dentro da nova matriz tributária.

"Na verdade, a **reforma tributária** vai começar mesmo agora"

Leonardo Olinto

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187778?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187778?page=1§ion=1)**

A guerra fiscal e seus efeitos (Artigo)

* Ivo Ricardo Lozekam

Denomina-se guerra fiscal, a concorrência entre Estados da Federação na disputa por investimentos e instalações de empresas em seu território. Esta concorrência fiscal ocorre, pois, cada Estado tem sua autonomia para legislar sobre quanto de imposto irá cobrar sobre determinada atividade. Embora tenhamos discussões judiciais a respeito, atualmente o Confaz, órgão formado por todas as unidades federação, tem tomado as rédeas e encontrado consensos.

Acenando com redução de **impostos**, a unidade da federação atrai investimentos e empregos. Novas fábricas, centros de distribuição e desembarço de mercadorias em seus portos são atraídos desta forma.

Podemos citar o exemplo do Porto de Itajaí, em Santa Catarina, onde várias empresas paulistas, dentre outros estados, passaram a importar via Santa Catarina por este cobrar um imposto na importação menor do que São Paulo. O que justifica desembaraçar por lá, apesar do aumento do custo logístico.

Como resultado disto, o Estado de Santa Catarina cresceu e gerou empregos e investimentos, e vem quebrando sucessivos recordes na sua arrecadação.

Ao mesmo tempo o Estado de São Paulo e sua arrecadação não deixaram de crescer. O Porto de Santos, continua necessitando de investimentos em sua estrutura para atender a sua demanda cada vez mais crescente. Neste caso temos a "guerra dos portos" como um subproduto da "guerra fiscal" O termo mais adequado é livre concorrência, a exemplo do mercado. Concorremos com os chineses e indianos, pois lá o imposto é menor. Um par de meias ou uma calça jeans atravessam o mundo e chegam aqui no Brasil a um preço menor do que a meia ou calça aqui fabricados. O motivo é simples: os **impostos** lá cobrados são menores do que aqui.

Livre concorrência é o que faz o mercado crescer, antes da privatização, telefone era privilégio de poucos, declarava-se a linha telefônica como um bem da declaração de renda, e quem não tinha recursos para comprar um telefone podia alugar uma linha.

Veio a privatização, e atualmente as empresas de telefonia, competem entre si para oferecer o melhor plano, maior pacote de dados, pelo menor preço. Mesmo assim, oferecendo serviços a preços menores

elas não deixam de crescer. Aliás é o preço menor que a faz crescer e expandir.

Não podemos deixar de citar também o porto de Vitória no Espírito Santo, o porto de Alagoas na Paraíba, Os Estados do Nordeste que atraíram todas as empresas calçadistas gaúchas, o Estado de Goiás nos anos 90, ao atrair várias empresas paulistas, e mais recentemente o Estado de Minas Gerais, notadamente o município de Extrema são outros grandes exemplos onde esta prática deu certo.

Hoje os nordestinos com poucos recursos, não precisam mais vir a São Paulo em busca de emprego, pois as empresas calçadistas e automobilísticas lá instaladas necessitam e absorvem esta mão de obra.

Este é o verdadeiro crescimento e inclusão social, quando criamos trabalho, distribuimos riqueza ao invés de simplesmente distribuir renda nos programas sociais, criados há décadas e que apenas criam dependência e voto.

O Estado que não abre mão de reduzir seus **impostos**, perde a oportunidade de fazê-lo. Pois o investimento que nele seria feito vai para outro Estado. Aumento de carga é nocivo para a economia, é só aumentar a carga que as empresas vão embora.

A guerra fiscal, mostra que o inverso também é verdadeiro.

Trata-se de matemática simples. O que é melhor 100% de nada ou 50% de alguma coisa concreta?

Nos exemplos citados todos os Estados que atraíram investimentos reduzindo seus **impostos** ganham uma arrecadação que antes não tinham, empregos, serviços, investimentos imobiliários, qualidade de vida, pessoas saindo da linha de pobreza.

Vejam a cidade de Camboriú que está ao lado de Itajaí, hoje concentra os maiores prédios do país. Vejamos também o crescimento da cidade de Extrema em Minas Gerais, vejam o Porto de Vitória, e o Estado do Espírito Santo, sem falar no Nordeste que está se industrializando e se tornando um polo automotivo e calçadista. Hoje em dia o nordestino não precisa mais vir para São Paulo em busca de emprego, pois as empresas foram para lá, onde o imposto é mais barato.

Por este motivo responsabilidade fiscal é o caminho

para o país crescer, ou seja, o país não gastar mais do que arrecada com **impostos**, pois gastando mais do que arrecada sempre vai ter necessidade de arrecadar mais **impostos**.

Deveríamos ser capazes de entrar em guerra ou concorrência fiscal com outros países, para que possamos desenvolver nossa indústria e exportar aquilo que hoje importamos da China.

Nossas indústrias já se instalaram na China, Indonésia, Taiwan, Vietnã, e mais recentemente temos algumas empresas indo para os vizinhos Paraguai e Uruguai. Empregam lá, geram dinheiro lá e vendem para cá, simplesmente porque a carga tributária lá é menor.

Enquanto nossas indústrias se instalam em outros países, aqui ficamos discutindo na **reforma tributária** a divisão do bolo dos **impostos**, União quer ficar com a fatia maior.

Redução de **impostos**, que abriria o caminho para nos tornarmos competitivos, atrair investimentos e empregos, foi assunto proibido na **reforma tributária**, ninguém sequer levantou esta bandeira até o momento.

* Dr. Ivo Ricardo Lozekam, Tributarista, Contador e Advogado, Articulista de Diversas Publicações.

Site: <https://d24am.com/wp-content/uploads/2024/01/f85d4fea5eb0983d9fec84b389cb56d1d3722ef3cadb814dcdbc97674e1bbe09.pdf>

Tesouro quer ampliar fatia de títulos com taxas flutuantes

Estevão Taiar, Jéssica Sant'Ana, Guilherme Pimenta e Gabriela Pereira De Brasília

O Tesouro Nacional pretende aumentar a participação dos títulos com taxas flutuantes na dívida pública em 2024. O objetivo é ampliar também o prazo médio desses papéis pós-fixados e diminuir o percentual vincendo em 12 meses da dívida, para só então, nos anos seguintes, aumentar a participação de títulos com taxas prefixadas.

"Neste curto prazo, é melhor trabalhar com títulos flutuantes, que vão nos ajudar no prazo médio da dívida", disse o subsecretário de Dívida Pública, Otavio Ladeira, em entrevista coletiva para comentar o Plano Anual de Financiamento (PAF) referente a 2024, divulgado ontem pelo Ministério da Fazenda. "Estamos em um ano de consolidação do prazo médio e do percentual vincendo em 12 meses." O PAF prevê que os títulos com taxas flutuantes fiquem entre 40% e 44% da Dívida Pública Federal (DPF) neste ano - acima do patamar de 39,7% em que estavam em dezembro de 2023. Já o percentual vincendo em 12 meses da DPF deverá ficar entre 17% e 21%, depois de terminar 2023 em 20,1%. Por fim, o prazo médio deverá variar entre 3,8 anos e 4,2 anos, intervalo que abriga o patamar de quatro anos alcançado no fim de 2023.

Na entrevista, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou que a estratégia também leva em conta o fato de que "não dá para melhorar a composição de médio prazo" da DPF sem "acompanhar a demanda do mercado".

Já as diretrizes para a gestão da dívida até 2035 preveem queda da participação de títulos com taxas pós-fixadas, para a faixa de 21% a 25%, e aumento da participação de pré-fixados, entre 33% e 37% (contra 26,5% no ano passado).

O prazo médio deverá variar entre 4,5 anos e 5,5 anos, e o percentual vincendo em 12 meses deverá flutuar entre 18% e 22%.

Outra novidade prevista para 2024 é o lançamento de uma Letra do Tesouro Nacional (LTN) com prazo de vencimento de 72 meses, já que "há apetite por [títulos] prefixados um pouco mais longos", de acordo com Ceron.

Além disso, o Ministério da Fazenda voltará a publicar anualmente um cronograma de leilões, "o que traz mais previsibilidade".

No ano passado, por sua vez, o Tesouro alcançou "quase todas as metas esperadas" para a gestão da dívida, afirmou Ladeira. Conforme divulgado no Relatório Mensal da Dívida (RMD) referente a dezembro, a DPF terminou 2023 em R\$ 6,52 trilhões - dentro da banda que ia de R\$ 6,4 trilhões a R\$ 6,8 trilhões.

Outro destaque foi a rolagem da dívida interna, que ficou em 97%, próxima dos 96% projetados pelo Ministério da Fazenda.

"Foi um ano em que a equipe da dívida soube conduzir com maestria técnica [a gestão]", afirmou Ceron.

No RMD, o Tesouro também destacou o fato de duas das principais agências de classificação de risco (Fitch e S P) terem melhorado o rating do Brasil em 2023. A secretaria ainda lembrou a aprovação, pelo Congresso Nacional, de medidas "com importante potencial de impacto macroeconômico - em especial, o regime fiscal sustentável e a **reforma tributária** representaram importantes avanços institucionais".

"O arrefecimento da **inflação**, que permitiu o início de um processo de flexibilização da política monetária, contribuiu para a dinâmica da dívida pública", disse.

Além disso, "janeiro começou de forma muito positiva, com o mercado mostrando apetite por títulos do Tesouro", segundo Ladeira.

Neste mês, a secretaria emitiu R\$ 158 bilhões em títulos - o maior resultado para janeiro em toda a série histórica e um patamar superior à emissão de qualquer mês do ano passado.

O número também ficou R\$ 40 bilhões acima do projetado pelo Ministério da Fazenda e ajudou a reforçar a reserva de liquidez para a gestão da dívida pública. Esse "colchão", por sua vez, terminou 2023 em R\$ 982 bilhões - montante suficiente para cobrir 7,6 meses de vencimentos de títulos à frente.

"Neste curto prazo, é melhor trabalhar com títulos

flutuantes, que vão nos ajudar no prazo médio da dívida" Otavio Ladeira

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187778>

Congresso quer reduzir poder da Receita após reforma tributária

Naira Trindade

Frentes parlamentares da Câmara ligadas ao setor produtivo, como a do Empreendedorismo e da Agropecuária, trabalham para apresentar um projeto de regulamentação da reforma tributária em paralelo ao governo federal.

Depois de criarem um grupo de trabalho para elaborar a proposta, os congressistas querem um texto autoaplicável, ou seja, que não necessite de regulamentação do Executivo para ser aplicado.

Se der certo, isso pode reduzir a zero o número de decretos, portarias e instruções normativas no novo sistema tributário. A Receita ficaria com a função somente de fiscalizar, e não normatizar as novas regras.

A estratégia é baseada no que foi feito pela bancada ruralista no Código Florestal. Somente três trechos foram remetidos à regulamentação do Executivo.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2024/01/congresso-quer-reduzir-poder-da-receita-apos-reforma-tributaria.ghtml>

Resultados do trimestre devem mostrar melhora com ajuda das commodities

Felipe Laurence

A temporada de divulgação de resultados do quarto trimestre de 2023, que começou oficialmente ontem com a fabricante de máquinas Romi, deve trazer bons números para as exportadoras de commodities e tendência de melhora nas operações das empresas do mercado doméstico, dizem os analistas de investimento que acompanham as companhias com ações em bolsa.

Mais importante do que os números passados, será um bom momento tomar o pulso dos principais executivos e saber o que eles esperam de 2024.

"Olhando a evolução trimestral ao longo de 2023, vemos uma melhora marginal que deve se materializar no quarto trimestre, mas os resultados das companhias ainda devem ficar pressionados", diz Jennie Li, estrategista da XP. Ela destaca que o fim de ano mostrou um fortalecimento do cenário macroeconômico global e nacional, o que resultou numa revisão para cima das expectativas.

A XP projeta que o lucro por ação das empresas do Ibovespa devem cair 18,6% na comparação anual, enquanto as receitas vão recuar 2,7% e o resultado antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda) deve ter retração de 0,5%. Os indicadores não são animadores, mas a retração deve ser menor do que foi visto nos dois últimos trimestres.

Esse otimismo na linha do "menos pior" também é o que prevê o J.P. Morgan para o quarto trimestre, com as tendências apontando para uma temporada de resultados "relativamente" positiva. As companhias devem superar o consenso do mercado, que esperava resultados fracos, ao apresentar crescimento de Ebitda e lucro líquido, e manter a sequência positiva vista no terceiro trimestre.

O destaque positivo deve ficar com as companhias do setor de commodities, avaliam os analistas.

O petróleo caiu cerca de 5% na comparação com o terceiro trimestre, mas o minério de ferro se manteve em patamares elevados e a celulose recuperou preços nos três meses finais do ano, ambas se apoiando nos números melhores que o esperado da economia da China.

"A Vale deve ser o destaque do trimestre, batendo expectativas do mercado, com melhorias significativas na performance operacional, volumes, preços realizados e na unidade de metais básicos", dizem os analistas Leonardo Correa e Caio Greiner, do BTG Pactual, em relatório. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Usiminas também devem se beneficiar.

A alta de 17% nos preços da celulose de fibra curta negociada na China, ante setembro, deve impulsionar resultados de Suzano no quarto trimestre, afirmam os analistas Lucas Laghi, Guilherme Nippes e Fernanda Urbano, da XP. Maior volume produzido também ajuda a companhia. No entanto, Klabin e Irani, com exposição relevante em embalagens, devem ter resultados mais fracos no período.

Os números de produção de 2023, divulgados pela Petrobras na última semana, indicam que os resultados de quarto trimestre da estatal virão acima do esperado, segundo o Jefferies. Os analistas Alejandro Demichelis, Pedro Baptista e Alessandro Conti calculam um Ebitda de US\$ 14,8 bilhões, apoiado na melhor produção, mesmo com a queda nos preços da produção.

Do outro lado, o cenário para siderúrgicas permanece complicado, o que deve se traduzir em resultados ainda fracos, diz o J.P.

Morgan. O banco elevou recentemente a recomendação de Usiminas para compra, vendo melhora na demanda por aços planos, mas os aços longos, principal filão da Gerdau, ainda devem demorar para se recuperar, e a companhia deve ser um dos destaques negativos da temporada.

Entre as empresas do mercado doméstico, o desempenho no quarto trimestre deve ser variado.

Varejo deve ter tendências melhores nos três meses finais do ano, apoiado no consumo da Black Friday e Natal, mas juros elevados e baixa originação de crédito ainda pressionam. Saúde e educação devem continuar movimento de melhora operacional.

Empresas de serviços públicos se aproveitarão de melhores tarifas.

Os analistas do Bank of America (BofA) liderados por David Beker, acreditam que o trimestre dará os primeiros sinais de recuperação no consumo interno - lembrando que a base de comparação é fraca. Num exercício com o Ibovespa expurgado das commodities, o banco chegou a um crescimento de 42% no lucro por ação no trimestre, puxado pelos setores financeiro, de saúde e de educação. O Ebitda sobe 32% e as receitas avançam 4%.

Os analistas Luiz Guanais, Gabriel Disselli e Pedro Lima, do BTG Pactual, destacam que o desempenho do varejo está muito correlacionado ao cenário macroeconômico.

Os dados do Brasil foram melhorando ao longo do ano, mas o movimento de queda nos juros ainda não se intensificou, o que limita o impulso que as empresas terão das vendas do período de festas.

Companhias de alta renda continuarão sendo destaque.

Na visão dos analistas liderados por Fred Mendes, do BofA, companhias de saúde terão continuidade no movimento de queda na sinistralidade, apoiados nos maiores preços e melhor nível da base de beneficiários. Educação deve continuar a ter recuperação nas margens mesmo após um segundo semestre desafiador em que os tíquetes cresceram em ritmo mais lento.

Já as empresas ligadas a serviços públicos vão se aproveitar de temperaturas elevadas e efeitos do El Niño, o que pode melhorar desempenho de distribuidoras e operadoras integradas, afirma o J.P. Morgan.

No entanto, geradoras ainda sofrem com preços de energia baixos, continuando a tendência vista desde o início de 2023.

"O que vemos é que as perspectivas estão melhorando para 2024, mas ainda há incerteza de qual lado o cenário irá, se a queda nos juros será no ritmo esperado, se os Estados Unidos realmente vão começar a inflexionar os juros, há algumas questões em aberto que serão definidas nos próximos meses", diz Li, da XP. Riscos geopolíticos também são algo para ficar atento no início de 2024.

A estrategista da corretora afirma que será importante ver qual a declaração dos executivos das empresas durante as teleconferências de resultados. "Teremos uma real noção de como as empresas estão enxergando esse início de ano e quais as perspectivas que eles veem", comenta. As metas das companhias

também serão um termômetro importante.

17% de alta no preço da celulose impulsiona resultado da Suzano

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187778?page=1§ion=1>

IGP-M desacelera para 0,07% este mês

»»**RAFAELA GONÇALVES**

O Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M), referência para o reajuste de parte dos contratos de aluguel no Brasil, desacelerou para 0,07% em janeiro, após ter registrado alta de 0,74% em dezembro.

Segundo os dados, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), em 12 meses o índice acumula deflação de 3,32%.

Em janeiro de 2023, o índice tinha registrado alta de 0,21% no mês e acumulava aumento de 3,79% em 12 meses anteriores. O índice é composto por três indicadores.

O primeiro, Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), responde por 60% do índice geral e apura a variação dos preços no atacado. Em janeiro, o IPA apresentou uma queda de 0,09%, percentual inferior ao observado em dezembro, quando houve um aumento de 0,97%.

O grupo de bens finais registrou um aumento de 1,06% em janeiro, superando a taxa de 0,86% registrada no mês anterior.

Esse crescimento foi impulsionado principalmente pelo subgrupo de alimentos processados. Já a taxa do grupo de bens intermediários, utilizados no processo de produção para serem transformados em bens finais, caiu 1,62% em janeiro. O principal fator que influenciou esse movimento foi o subgrupo de combustíveis e lubrificantes para a produção.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que tem peso de 30% no índice geral, registrou alta de 0,59%, um aumento considerável em relação à taxa de 0,14% observada em dezembro.

Entre as oito classes de despesa que compõem o índice, seis delas apresentaram um crescimento em suas taxas de variação.

Segundo André Braz, coordenador dos índices de preços da FGV, o Índice de Preços ao Produtor mostrou arrefecimento no mês dos preços das matérias-primas brutas. Já no âmbito do consumidor, de acordo com o pesquisador, a **inflação** segue muito concentrada nos grupos alimentação e educação, leitura e recreação. "No primeiro grupo, os preços dos alimentos in natura subiram refletindo problemas de ofertas típicos da estação. No segundo, destaca-se o aumento dos cursos formais", comentou Braz.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), por sua vez, equivalente aos 10% restantes do IGP-M, subiu 0,23% em janeiro, um valor ligeiramente inferior à taxa de 0,26% observada em dezembro.

Segundo Braz, a variação é considerada estável.

» » FMI: Brasil deve crescer mais

O Fundo Monetário Internacional melhorou ligeiramente sua projeção do crescimento da economia brasileira em 2024, para 1,7%. O número é 0,2 ponto percentual maior do que na estimativa feita em outubro de 2023. O documento cita a resiliência do mercado mundial em absorver e superar choques recentes, como a pandemia de covid-19, guerra entre Rússia e Ucrânia e alta da **inflação** global, colocando o Brasil como um dos países que melhor se saiu nesse cenário adverso. O FMI prevê um crescimento global de 3,1% este ano, quase o dobro do esperado para o Brasil.

Dívida pública crescente

»»ROSANA HESSEL »»EDLA LULA

Depois de registrar aumento de R\$ 568,6 bilhões no estoque da Dívida Pública Federal (DPF) em 2023, para um volume recorde de R\$ 6,5 trilhões, o Tesouro Nacional mostrou que espera um aumento muito maior do estoque da DPF neste ano, refletindo que a torneira de gastos do governo segue aberta, na contramão do discurso de austeridade.

Pelas novas metas do Plano Anual de Financiamento (PAF), divulgado ontem pelo Tesouro, o governo pretende ampliar o volume de títulos públicos nos mercados interno e externo em até R\$ 880 bilhões neste ano, ou seja, 54,7% a mais sobre o aumento nominal registrado no ano passado.

Com isso, a projeção do órgão ligado ao Ministério da Fazenda é de que o estoque da DPF poderá ficar entre R\$ 7 trilhões e R\$ 7,4 trilhões.

Com a dívida crescendo nesse ritmo acelerado, será difícil para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, convencer investidores nacionais e estrangeiros de que o governo está realmente comprometido com as metas fiscais, pois ele entregou um rombo de R\$ 230,5 bilhões nas contas públicas de 2023, equivalente a 2,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**), bem acima da promessa de cumprir um déficit primário (resultado fiscal excluindo a conta de juros da dívida) abaixo de 1% do **PIB** no primeiro ano do governo. Não à toa, os mais otimistas do mercado preveem um saldo negativo de 0,6% do **PIB** neste ano em vez do equilíbrio fiscal previsto na meta determinada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024.

"Acho que isso sinaliza um pouco dessa preocupação com a estabilização da relação dívida-**PIB** e também do distanciamento entre o que está sendo sinalizado a partir das metas fiscais e o que tem sido executado", alertou a economista e especialista em contas públicas Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal.

Apesar das ressalvas apontadas por Haddad para o resultado fiscal ter ficado pior, como o pagamento de R\$ 92,4 bilhões do estoque de precatórios (dívidas judiciais da União) que não foram pagos pelo governo anterior, além dos repasses de perdas de entes federativos com a redução do Imposto sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis, a especialista em contas públicas faz um alerta sobre o sinal ruim que é dado quando uma meta não é

cumprida.

"Se observarmos o resultado primário do ano passado, por exemplo, as metas eram umas e o dado efetivo ficou bem aquém daquilo que estava sinalizado como meta. Uma meta precisa ser compatível com a expectativa de estabilização da relação dívida-**PIB**. Por mais que você contabilize essas ressalvas, elas acabam sensibilizando a dívida.

Naturalmente, temos que observar não só as regras fiscais, mas como isso vai impactar a dinâmica futura do endividamento público. E isso é uma preocupação adicional", explicou Vilma Pinto.

Pelas novas projeções da IFI, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) deve ter encerrado 2023 em 75,61% do **PIB**. Neste ano, deverá subir para 78,69% do **PIB**, voltando a atingir patamares preocupantes, perto de 80% do **PIB**. Antes, a previsão era ligeiramente menor, de 78%.

O ministro Haddad tentou minimizar o forte aumento do endividamento público. "Esse resultado estava completamente dentro da previsibilidade, à luz do que aconteceu em 2022. Não há espanto em relação a isso. Infelizmente, a situação herdada foi essa. Uma taxa de juros elevadíssima em função da **inflação** muito alta e artificialmente diminuída em 2022 com a coisa do ICMS dos governadores, que foi outro problema que nós herdamos, e o calote dos precatórios. Eu sei que é difícil explicar, porque é uma tecnicidade infernal, mas a verdade é que nós estamos botando ordem e dando transparência para aquilo que foi herdado", afirmou o ministro a jornalistas.

Limites Ao somar R\$ 6,5 trilhões em dezembro de 2023, o estoque da DPF registrou aumento de 9,6% em relação a 2022. Boa parte dessa alta decorre do aumento da conta de juros, no valor de R\$ 607,7 bilhões, segundo dados do Tesouro. Apesar desse crescimento, a dívida pública encerrou dentro da banda prevista pelo PAF, anunciado em janeiro de 2023, que era de um montante mínimo de R\$ 6,4 trilhões e máximo de R\$ 6,8 trilhões.

Ao divulgar os números, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, destacou que, além do estoque, todos os indicadores estabelecidos pelo governo para administração da dívida foram atingidos.

De acordo com o subsecretário da Dívida Pública do

Tesouro, Otávio Ladeira, a meta foi melhorar a estrutura da dívida, aumentando o prazo médio e diminuindo para 20% a dívida vencendo em 12 meses. Dessa forma, o percentual de dívida vencendo em 12 meses ficou no menor patamar para encerramento de ano desde 2019. "Estamos em fase de consolidação do prazo médio e do percentual vencendo em 12 meses. É mais interessante fazer isso com títulos flutuantes, que têm o prazo médio bem superior aos títulos prefixados", explicou o técnico.

-

Tesouro direto bate recorde

O Tesouro Direto bateu novo recorde na base de investidores, atingindo 2,4 milhões de pessoas físicas em dezembro de 2023. O número é 14% superior ao registrado no ano anterior. O estoque de investimentos na modalidade em que o pequeno investidor pode começar com aportes de R\$ 30, somou R\$ 123,4 bilhões - aumento de 23,5% em relação ao fim de 2022.

Os títulos remunerados por índices de preços respondem pelo maior volume em estoque, alcançando 49,3%, seguidos pelos títulos indexados à taxa Selic (36,9%), e os títulos prefixados, com 13,7%.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, destacou o lançamento de vários títulos no ano passado e prometeu mais novidades neste ano. Em 2023, foi lançado o Tesouro EducA+, voltado para financiamento da educação, e, no ano anterior, Tesouro RendA+, voltado para quem quer complementar a aposentadoria. Os dois têm seus rendimentos indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) e são caracterizados por um período de acumulação e outro com pagamento de rendas mensais.

Segundo o secretário, foi "muito frutífera" a mudança de estratégia do Tesouro Direto.

"Essa guinada foi muito importante para o programa", afirmou. Ele citou as facilidades criadas pelo programa no cadastro dos investidores, que ficou mais rápido. Os pais e responsáveis, por exemplo, podem criar uma conta no Tesouro Direto, no CPF da criança ou adolescente, em aproximadamente cinco minutos.

Além disso, o programa lançou uma parceria com o Banco do Brasil para atrair mais mulheres ao programa e o Tesouro Direto Coletivo, uma funcionalidade que permite que familiares e amigos façam contribuições, inclusive por meio de Pix em benefício do menor.

"Banco Central precisa ser menos conservador na redução dos juros", cobra presidente da CNI - CAPITAL S/A

CAPITAL S/A

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, avalia que o Banco Central tem condições para acelerar o ritmo de redução da taxa básica de juros, Selic, para no mínimo 0,75 ponto percentual. A queda é aguardada para esta quarta-feira, após a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). "Precisamos de menos conservadorismo, vis a vis, o que já começamos a ver nas demais economias", reforça.

Custo Brasil

Alban sustenta que reduzir mais rapidamente a taxa de juros não irá comprometer o cumprimento das metas de **inflação**. "Adiar a aceleração na queda da Selic seria uma decisão equivocada que penalizaria ainda mais a atividade econômica no Brasil. O nível de cumulatividade dos juros reais sobre as cadeias produtivas é atualmente um dos mais representativos do Custo Brasil", aponta.

Comparação com os EUA

Alban lembra que, "enquanto no Brasil o Banco Central força uma queda desnecessária da economia, nos Estados Unidos, a redução da **inflação** tem sido feita de forma compatível com um expressivo crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**)."

Carnaval no DF: bares e restaurantes em alta; hotéis em baixa

Com projeção de alta nas vendas, bares e restaurantes se preparam para o carnaval no Distrito Federal. Segundo pesquisa da Abrasel, 80% devem abrir durante os dias de folia e entre esses, 65% esperam faturar mais que em 2023. O levantamento indicou que a média de aumento no faturamento esperado é de 16% em relação ao ano passado e 14% em comparação a um fim de semana normal.

Força econômica

Para Beto Pinheiro, presidente da Abrasel-DF, o carnaval de Brasília tem crescido e se "tornado uma

força econômica, por isso a maior parte dos bares e restaurantes tem apostado na data para lucrar. Teremos muitas festas e blocos pela cidade e estamos prontos para receber os foliões."

Menos hospedagem

De acordo com Jael da Silva, presidente do Sindhobar, a data já não é expressiva para a rede hoteleira da capital federal. "Durante o carnaval, a maior parte dos restaurantes abre e se prepara para atender ao público com muita alegria e animação. No entanto, apesar de aumentar o fluxo de pessoas em Brasília, não cresce o número de hospedagem da rede hoteleira", ressalta.

Programa Nova Indústria Brasil abre inscrições para micro e pequenas empresas

Será apresentada, nesta quarta-feira, pelo Sebrae Nacional, a Plataforma da Produtividade, ferramenta de acesso ao novo Brasil Mais Produtivo, programa voltado ao aumento de produtividade e da competitividade de micro, pequenas e médias empresas e que faz parte do projeto de neointustrialização do governo federal: o Nova Indústria Brasil. O lançamento marca a abertura das inscrições. A meta é atender 200 mil empresas do país, incluindo do Distrito Federal, ao longo dos próximos quatro anos.

Investimento de peso

Apenas nesse programa, estão sendo investidos R\$ 2 bilhões dos R\$ 300 bilhões previstos para o Nova Indústria Brasil, divulgado pelo governo federal e com a coordenação do MDIC. A jornada de atendimento às empresas terá execução do Sebrae voltada à melhoria de gestão, inovação, mercado, manufatura enxuta, eficiência energética e transformação digital.

Tendências do varejo mundial no DF

A Ancar Ivanhoe, maior empresa de shoppig centers de capital privado do país, vai reunir lojistas em Brasília com o objetivo de apresentar o que há de mais novo no varejo mundial. Realizada em parceria com a

FFX Group, a Pós-NRF Ancar contará com a presença do palestrante Gustavo Schifino, diretor de novos negócios na Linx/Stone e de Mariana Carvalho, sócia e membro do conselho da Ancar Ivanhoe, que administra o Conjunto Nacional. Em Brasília, o evento acontece no dia 21, no Sesi Lab.

Comportamento de consumo

O ciclo de palestras vai levar com exclusividade para os mais de 4,2 mil lojistas da companhia temas como transformação digital, tendências de comportamento de novas gerações, além do senso da importância das comunidades

Inspiração internacional

Para Evandro Ferrer, CEO da Ancar Ivanhoe, realizar esse evento em Brasília, após Nova York sediar o maior de varejo no mundo (o NRF), é estratégico para o grupo. "Há 17 anos nos inspiramos na maior feira do setor para seguirmos transformando o nosso negócio. Fomos pioneiros ao acreditar no potencial dos shoppings centers no Brasil na década de 70 e seguimos com essa energia."

FMI: Brasil terá 1,7% de crescimento

O Fundo Monetário Internacional (FMI) melhorou a previsão de crescimento da economia do Brasil para 1,7% neste ano, um aumento de 0,2 ponto percentual em relação ao número anunciado em outubro do ano passado. No mundo, o órgão também alterou a previsão para cima em 0,2 ponto percentual, subindo de 2,9% para 3,1%.

A entidade internacional citou a demanda doméstica e crescimento acima do esperado de parceiros comerciais como razões para o aumento na expectativa do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro. Ao mesmo tempo, o relatório Perspectiva Econômica Global do FMI manteve a estimativa de que a economia do Brasil cresceu 3,1% em 2023 e terá uma expansão de 1,9% em 2025.

Depois de surpreender no primeiro semestre de 2023 e mostrar resiliência no terceiro trimestre, analistas avaliam que a economia brasileira teria terminado 2023 rondando a estagnação em meio aos efeitos dos juros elevados, ainda que tenha se favorecido de um mercado de trabalho apertado e alívio na **inflação**. Desde agosto, o Banco Central reduziu a Selic de 13,75% para o atual patamar de 11,75%, e a expectativa é de mais um corte de 0,5 ponto hoje, em sua primeira decisão do ano.

O IBGE divulgará em 1º de março os dados do **PIB** no quarto trimestre e do acumulado de 2023. A estimativa do FMI para 2023 está em linha com os números do governo e do BC, que veem expansão de 3% no período. Já em 2024, o Ministério da Fazenda é mais otimista que o fundo internacional e espera aumento de 2,2%.

Inflação

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a **inflação** oficial do país teve redução, passando de 3,86% para 3,81% este ano. A estimativa está no Boletim Focus de ontem. Para os próximos anos - 2025, 2026 e 2027 - a projeção da **inflação** permaneceu em 3,5%.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo da meta de **inflação** que deve ser perseguida pelo BC.

Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior

4,5%.

Para 2025 e 2026, as metas de **inflação** estão fixadas em 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Em dezembro de 2023, a **inflação** do país foi de 0,56%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com isso, o IPCA fechou o ano passado com alta acumulada de 4,62%.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

FMI vê Brasil "resiliente" e eleva projeção de alta do PIB a 1,7% neste ano

ALINE BRONZATI

O Fundo Monetário Internacional (FMI) está mais otimista com o Brasil, e elevou a projeção para o crescimento do País neste ano para 1,7%, ante estimativa anterior de 1,5%. A mudança de cenário para a economia brasileira consta da atualização do relatório Perspectiva Econômica Mundial (WEO, na sigla em inglês), publicado ontem. Mesmo assim, o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro deve desacelerar frente a 2023, quando deve ter avançado 3,1% segundo previsão do próprio Fundo.

Para 2025, o FMI espera que o Brasil cresça um pouco mais (1,9%), projeção inalterada frente às estimativas anteriores, divulgadas em outubro.

"Muitas economias continuam a demonstrar grande resiliência, com o crescimento a acelerar no Brasil, na Índia e nas principais economias do Sudeste Asiático", diz o economista-chefe do FMI, Pierre-Olivier Gourinchas, em comentário sobre as novas projeções econômicas do Fundo.

Apesar da melhora, o Brasil deve crescer em ritmo inferior ao estimado para a América Latina em 2024, mesmo com novo corte na projeção do organismo para a região. O Fundo vê a economia latina crescendo 1,9% neste ano, 0,4 ponto percentual abaixo da sua estimativa anterior.

E, para 2025, espera que a região retome o fôlego e cresça 2,5%, mesmo avanço projetado para o **PIB** do ano passado.

EFEITO ARGENTINA. Segundo o Fundo, a revisão do **PIB** regional se deveu à expectativa de mais um ano de recessão na Argentina, fruto do "ajuste político significativo para restaurar a estabilidade macroeconômica" do país.

Sob o governo de Javier Milei, o país deve amargar uma queda de 2,8% neste ano - em 2023, a Argentina teve ter encolhido 1,1%, conforme as projeções do organismo.

Para 2025, porém, o Fundo vê uma recuperação, com crescimento de 5%.

O FMI melhorou também as projeções para o

desempenho da economia do México neste ano, para 2,7%. O país tem se beneficiado do aumento de negócios com países vizinhos, o chamado "nearshoring". "A melhoria nas projeções para o Brasil e o México reflete, em grande parte, os efeitos de transferência de uma demanda interna mais forte do que o esperado e de um crescimento superior ao previsto nas grandes economias parceiras comerciais em 2023", diz o FMI, no relatório.

Ainda atrás

Apesar da melhora, Brasil vai crescer menos que a projeção para a América Latina neste ano

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado conta com novo corte de 0,5 ponto da Selic

EDUARDO RODRIGUES

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central anuncia hoje a nova taxa básica de juros (Selic) do País em meio a incertezas fiscais e à piora da **inflação** de serviços detectada no fim do ano - a despeito da surpresa positiva nos preços dos demais setores.

Com esse cenário, economistas ouvidos pelo Estadão/Broadcast afirmam que o BC deve manter a cautela e seguir o plano já anunciado - novo corte de 0,5 ponto percentual, o que levaria a Selic para 11,25% ao ano -, contando com alguma ajuda do câmbio ao longo de 2024 para, enfim, reancorar as expectativas do mercado para o IPCA nos próximos anos.

No mês passado, o Copom cortou a Selic pela quarta vez consecutiva em 0,5 ponto, para os atuais 11,75% ao ano. O colegiado manteve ainda a sinalização de que esse ritmo de corte continuaria sendo o mais apropriado para as "próximas reuniões".

De acordo com levantamento do Projeções Broadcast, a realização de ao menos três novas reduções de 0,5 ponto da taxa Selic, nas reuniões de janeiro a maio, é o cenário de 56 das 60 casas (93%) consultadas.

O economista-chefe do Banco Master, Paulo Gala, afirma que o ambiente externo - que o BC tinha sinalizado como "menos adverso" em dezembro - piorou um pouco. Ele lembra que as apostas do mercado por um corte de juros nos Estados Unidos já em março têm se dividido com expectativas por um começo de ciclo mais tardio, em maio ou junho.

"Houve uma certa euforia do mercado em dezembro que foi revertida, pelo menos no Brasil, com alguma correção. As Bolsas americanas seguem em relativa euforia nos últimos dias, nas máximas históricas, mas o cenário de juros ficou um pouco mais adverso", afirma.

EFEITO EUA. O estrategistachefe da Warren Investimentos, Sérgio Goldenstein, diz que a curva de juros de 10 anos nos EUA subiu um pouco em relação ao último Copom.

"Além disso, as tensões geopolíticas voltaram a

umentar.

Nas últimas semanas, o preço do petróleo subiu, em função da tensão no Mar Vermelho." Além disso, Goldenstein afirma que a política industrial anunciada na semana passada aumenta o risco fiscal, por expandir a parcela de crédito subsidiado pelo Tesouro, via BNDES.

"Além disso, é mais um estímulo para a demanda agregada em um momento em que o governo está muito preocupado com a desaceleração da atividade.

Pode ser que a pressão aumente, com o risco de o governo recorrer a medidas mais heterodoxas.

Essa notícia é algo que pode atuar na contramão da política monetária do BC", afirma.

Já Gala destaca que o risco de mudança de meta de déficit primário ainda persiste, apesar da resistência quase solitária no governo do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Por outro lado, o economista do Master minimiza o pacote para a indústria que, segundo ele, não tem o tamanho necessário para impactar a potência da política monetária. "O efeito é menor do que se imaginava.

Não vai mudar o balanço de riscos, mas o BC deve mostrar que está atento", pondera.

CÂMBIO A FAVOR. Com as expectativas para o IPCA estacionadas em 3,5% para 2025, 2026 e 2027 - e uma meta contínua de 3% -, ambos os especialistas dizem acreditar que o Copom pode ter uma ajuda do câmbio para trazer as projeções do mercado para o centro do objetivo perseguido pelo BC.

"Temos uma visão otimista do câmbio devido à solidez das contas externas, com uma balança comercial muito superavitária. O real tem tendência de apreciação", afirma Goldenstein. "O que pode limitar o movimento do real seria o Fed (o banco central americano) adotar uma política não tão agressiva como a que está precificada hoje, o que levaria a uma valorização global do dólar." No mesmo sentido, Gala lembra que a autoridade monetária não realizou nenhum leilão de dólares "novos" em 2023. "O balanço

de dólares brasileiro está muito positivo. A taxa de câmbio pode vir a R\$ 4,50 ao longo do ano, o que seria um elemento muito forte para trazer expectativas para 3%. E isso independe de o que o BC vai fazer. O risco é uma mudança muito maior na meta fiscal, que poderia afastar o capital do País e impedir essa apreciação do real."

"O balanço de dólares brasileiro está muito positivo. A taxa de câmbio pode vir a R\$ 4,50 ao longo do ano"

Paulo Gala, Economista-chefe do Banco Master

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado reduz a 3,81% projeção para IPCA no ano

A projeção para a **inflação** oficial do País em 2024, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), voltou a cair pela terceira semana consecutiva, de acordo com a nova edição do Boletim Focus - compilação feita pelo Banco Central das estimativas de bancos e consultorias para os principais indicadores econômicos.

O mercado passou a projetar uma **inflação** de 3,81% no fechamento de 2024, ante 3,86% estimados no relatório publicado na semana passada. A meta de **inflação** para este ano é de 3%, ou seja, a projeção continua dentro do intervalo permitido (entre 1,5% e 4,5%). Para 2025, as previsões se mantiveram no patamar de 3,5%.

Divulgado sempre às segundas-feiras, o Focus saiu ontem com um dia de atraso, por conta de operação-padrão de servidores do BC.

Já a estimativa para o Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano se manteve em 1,60%. O documento projeta ainda crescimento de 2% para a economia em 2025.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Saldo de emprego cai 26,3% em 2023 e fica em 1,48 milhão de vagas formais

**AMANDA PUPO SHEYLA SANTOS | COLABORARAM
MARIANNA GUALTER e DANIEL TOZZI MENDES/ SÃO
PAULO**

O Brasil gerou 1.483.598 empregos formais (com carteira assinada) em 2023, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho. Em comparação com os 2.013.261 postos criados em 2022, o saldo ficou 26,3% menor.

O resultado de 2023 decorreu de 23.157.812 admissões e de 21.774.214 demissões, o segundo pior resultado desde 2020 - quando houve uma mudança na metodologia, com o início de uma nova série histórica. Em dezembro, o saldo ficou negativo em 430.159 vagas, após a criação de 125.027 postos em novembro (dado revisado ontem).

O mercado financeiro esperava um novo avanço do emprego no ano, mas o resultado veio abaixo da mediana das estimativas de analistas consultados pelo Projeções Broadcast, que indicava abertura de 1.538.250 postos de trabalho.

As estimativas variavam entre abertura de 1.444.786 a 1.836.747 vagas em 2023.

Para o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, a desaceleração da economia brasileira no segundo semestre contribuiu para que 2023 fechasse com resultado abaixo do que havia sido projetado pela pasta em novembro - um saldo positivo entre 1,9 milhão e 2 milhões de vagas.

"Houve uma desaceleração no segundo semestre. Se tivesse acelerado, ia ser maior a contratação", afirmou. "Temos um problema de déficit muito grande, que vem, em grande parte, herdado do último ano do governo Bolsonaro." Marinho citou como desafios para o mercado de trabalho o alto patamar de juros e de endividamento, com impacto direto na renda, e um possível aumento da informalidade no setor da agricultura.

"Quanto mais o mercado for formal, maior será a segurança dos trabalhadores", disse.

"Há uma rotatividade extravagante (no mercado de trabalho).

Está muito flexível para uma economia como a do Brasil", disse.

A abertura das vagas de trabalho com carteira assinada foi puxada pelo desempenho do setor de serviços, com a criação de 886.223 postos formais, seguido pelo comércio, que abriu 276.528 vagas. Já a indústria geral gerou 127.145 vagas, enquanto houve um saldo de 158.940 contratações na construção civil.

A agropecuária registrou a abertura de 34.762 vagas no ano.

"ARREFECIMENTO". Para o head de pesquisa macroeconômica da Knitro Capital, João Savignon, os dados do mês passado são condizentes com a desaceleração em curso de toda a atividade econômica. "Apesar de ter havido certa surpresa negativa na margem, com um número de desligamentos maior que o projetado em dezembro, olhando sob um horizonte mais amplo o desempenho está conforme o esperado", afirma.

Segundo ele, o País vem de uma criação acima de 2 milhões de empregos formais em 2022, desacelera agora para pouco menos de 1,5 milhão e "deve seguir nessa tendência".

"Não é que teremos um mercado de trabalho frouxo agora, é um arrefecimento", emenda. A Knitro projeta saldo líquido positivo de pouco mais de 1,2 milhão de vagas no Caged de 2024.

Já o economista Rodolfo Margato, da XP Investimentos, prevê desaceleração para um saldo de 1,1 milhão de vagas neste ano. Para ele, os resultados do Caged em dezembro corroboram a visão de desaceleração suave do mercado de trabalho.

"As contratações totais cresceram 1,2% em dezembro, para 1,935 milhão, nível historicamente alto. Em média, houve incremento mensal de 0,8% nas admissões ao longo de 2023", escreveu ele.

"Por sua vez, os desligamentos totais subiram 1,8%, para 1,882 milhão, o patamar mais elevado do último ano. Esse aumento veio acima do esperado, explicando a diferença entre a nossa projeção e o resultado observado no saldo total em dezembro."

BALANÇO

1.538.250 era a mediana das estimativas do mercado para a criação de vagas em 2023, segundo o Projeções Broadcast

886.223 vagas foram criadas pelo setor de serviços em 2023

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Conta de luz pode cair até 35% com migração para o mercado livre

LUDMYLLA ROCHA

A expectativa de reajustes acima da **inflação** na conta de energia elétrica associada aos preços baixos praticados atualmente no chamado mercado livre - que permite a escolha do fornecedor e negociação das condições de contrato - são vistos como impulsionadores da migração para esse ambiente por especialistas do setor.

Na semana passada, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa, afirmou que as tarifas devem subir 5,6% em 2024. Se confirmado, o percentual estará acima da **inflação** esperada pelo mercado para o período, de 3,86%, segundo o boletim Focus.

Do outro lado, segundo dados da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), as comercializadoras trabalham com descontos de até 35% a depender do contrato. Para o vice-presidente de estratégia e comunicação da associação, Bernardo Sicsú, "o consumidor vai buscar impreterivelmente uma energia mais barata e renovável".

Para ele, como neste segmento a compra de energia é feita em contratos mais curtos do que no mercado regulado - no qual as distribuidoras atendem os clientes de sua área de concessão - o gerador é obrigado a voltar ao mercado de tempos em tempos para vender sua energia. "Isso força a ter de competir tanto com as novas energias que estão entrando com custos menores e realmente cria um ambiente favorável para o consumidor." O líder de inteligência de mercado da consultoria PSR, Mateus Cavaliere, destaca que o modelo de descontos sobre a tarifa tem sido o "vencedor" neste momento de abertura. Isso porque os responsáveis por fazer a migração nas empresas - autorizadas a migrar para o mercado livre - geralmente fazem também a compra de outros insumos para seus estabelecimentos e, portanto, têm facilidade em identificar os benefícios da contratação.

A consultoria estima que, neste ano, as contas de energia devem subir cerca de 4% acima da **inflação**, o que pode dar um bom sinal econômico para os novos entrantes.

Ele admite que caso as condições atuais de geração

se mantenham, os preços no mercado livre, que estão em patamares mais baixos desde o ano passado diante das boas condições de hidrologia, podem ter movimentos de alta em situações pontuais de temperaturas elevadas por volta do terceiro trimestre, mas não vê impeditivo para a migração.

Isso porque a parcela referente à compra de energia no mercado regulado carrega custos de compra compulsória tradicionalmente mais caras, como a gerada por Itaipu Binacional, pelas usinas nucleares de Angra e por térmicas, além de outros riscos do setor elétrico.

"Claramente os preços (menores hoje) contribuem para a expansão no mercado livre. Defendemos que a abertura do mercado seja para todo mundo e que se ela ocorra de uma maneira equilibrada, sem distorções e subsídios", diz Sicsú.

"Claramente as nossas tarifas (hoje) contribuem para a expansão no mercado livre. Defendemos que a abertura do mercado seja para todo mundo" Bernardo Sicsú Vice-presidente da Abraceel

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Dívida pública federal cresce 9,6% em 2023

RENAN MONTEIRO E VICTORIA ABEL
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA -

A dívida pública federal cresceu 9,56% em 2023 e fechou o ano somando R\$ 6,52 trilhões. Os dados foram divulgados ontem pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Em 2022, o valor estava em R\$ 5,9 trilhões.

A dívida não considera indicadores de estados, municípios e estatais, além de títulos do Banco Central.

O total ficou dentro do intervalo de R\$ 6,4 trilhões a R\$ 6,8 trilhões estabelecido como meta no Plano Anual de Financiamento (PAF) do Tesouro para 2023.

O endividamento do governo sobe para cobrir o déficit público - quando as receitas ficam abaixo das despesas, o que ocorreu em 2023, quando o rombo chegou a R\$ 230 bilhões. O estoque também aumenta para rolar seus próprios títulos e pagar os juros dessa dívida.

O déficit do ano passado reflete, em parte, despesas contratadas na gestão Bolsonaro.

Foram R\$ 92,4 bilhões para o pagamento de precatórios atrasados, que são as dívidas em que a União não pode mais recorrer. Também houve impacto de indenizações pagas a estados e municípios pela redução do ICMS em 2022.

- A dívida é uma consequência do déficit primário e da taxa de juros sobre a dívida.

O precatório que foi pago já existia, mas não tinha sido contabilizado como dívida.

Um governo que paga um calote não pode ser responsabilizado pelo calote nem pela consequência do calote. A verdade é que estamos colocando ordem - disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Também ontem, o Tesouro anunciou o intervalo de R\$ 7 trilhões a R\$ 7,4 trilhões como piso e teto para a dívida pública neste ano. A dívida federal é detida por instituições financeiras, fundos, contas de Previdência, governos, seguradoras e pessoas físicas.

Já a dívida bruta da União -reunindo todos os entes -

estava em 73,8% do **PIB** ou R\$ 8 trilhões em novembro de 2023, último dado divulgado pelo Banco Central.

- É improvável que os resultados negativos sejam revertidos sem uma política de controle dos gastos. Apenas a elevação das receitas não será suficiente para o governo voltar a registrar resultados primários positivos e, assim, colocar um freio na elevação do endividamento - avalia Marcelo Fonseca, economista-chefe da Reag Investimentos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

FMI eleva para 1,7% previsão de crescimento do Brasil

VINICIUS NEDER vinicius.neder@oglobo.com.br

A equipe de economistas do Fundo Monetário Internacional (FMI) aumentou sua projeção para o crescimento econômico global este ano para 3,1%, 0,2 ponto percentual acima dos 2,9% projetados anteriormente, em outubro passado.

Desempenhos melhores do que os esperados nos EUA, na China e em grandes economias emergentes explicam a revisão. A projeção para o Brasil subiu para 1,7%, ante 1,5% anteriormente.

As novas projeções indicam que o mundo crescerá no mesmo ritmo estimado para 2023.

E aumentam as chances de um "pouso suave" na economia global após anos de desequilíbrios provocados pela pandemia de Covid-19, num cenário descrito como "resiliente, mas lento" no relatório de atualização do Panorama Econômico Mundial, divulgado ontem pelo FMI.

A resiliência está na capacidade das economias de seguirem crescendo mesmo em meio a aumentos generalizados nas taxas de juros, para conter uma **inflação** que saltou - e agora arrefece - mundo afora. Por outro lado, o avanço de 3,1% esperado para 2024 está abaixo da média anual de 3,8% que o crescimento global experimentou nas duas décadas entre 2000 e 2019, ressaltou o FMI.

-A economia global tem sido surpreendentemente resiliente - disse o economista-chefe do FMI, Pierre Olivier Gourinchas, numa declaração pública à imprensa. - A **inflação** está caindo mais rapidamente do que antecipávamos na maioria das regiões, graças ao afrouxamento de pressões do lado da oferta e às políticas monetárias restritivas (que elevam os juros básicos). A probabilidade de um pouso forçado na economia diminuiu, devido a uma desinflação mais rápida e a um crescimento estável.

Para o **PIB** americano, a projeção subiu 0,6 ponto, para 2,1% em 2024. Na China, houve uma revisão para cima de 0,4 ponto, agora em 4,6%.

No caso do Brasil, o aumento de 0,2 ponto na projeção se deu por conta de um desempenho melhor do que o inicialmente previsto para 2023.

O relatório do FMI cita o Brasil três vezes. Além da revisão da projeção, o documento ressalta que, na contramão da maioria das economias, que estão com juros elevados e crescentes, Chile e Brasil têm taxas em queda. Isso porque subiram seus juros antes dos demais para enfrentar a **inflação** da Covid-19.

A outra referência é sobre a política fiscal. Segundo o FMI, nos países desenvolvidos, com destaque para os EUA, os governos têm gastado mais. Já nos emergentes e mais pobres, o balanço entre receitas e gastos públicos têm tido efeito neutro sobre a economia - com exceção de Brasil e Rússia.

Ano passado, o governo brasileiro teve rombo de R\$ 230 bilhões nas contas.

Já a projeção para a economia argentina em 2024 se inverteu, passando agora a uma retração de 2,8%, frente às primeiras medidas do governo Javier Milei.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Inflação mais baixa no Brasil e nos EUA (Artigo)

Paulo Gala

CONTEÚDO PATROCINADO POR BANCO MASTER

Por Paulo Gala - Economista-chefe do Banco Master de Investimento. Graduado em Economia pela FEA USP, Gala é mestre e doutor em Economia pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo, instituição em que leciona desde 2002 e na qual foi coordenador do Mestrado Profissional em Economia e Finanças, entre 2008 e 2010. Foi pesquisador visitante nas universidades de Cambridge (RU) e Columbia (NY) e atuou como economista-chefe, gestor de fundos e CEO em instituições do mercado financeiro em São Paulo.

A grande notícia do mês de janeiro foi o crescimento do **PIB** dos Estados Unidos de 3,3% no quarto trimestre de 2023, superando as expectativas de 2% com **inflação** medida pelo deflator implícito indicando núcleo próximo de 2%. É uma excelente notícia para a economia americana, com um crescimento anual de 3%, alinhado com a meta de **inflação** de 2%.

A zona do euro divulgou crescimento do **PIB** em 0% no quarto trimestre de 2023, evitando uma recessão.

A Alemanha, com uma revisão positiva do **PIB** do terceiro trimestre, também escapou da recessão. Apesar de não enfrentar uma crise como a ocorrida em 2011-2013, a Europa está estagnada, aumentando a probabilidade de cortes de juros no verão europeu.

Se comparada à economia americana, a diferença é evidente, com os Estados Unidos crescendo de forma robusta enquanto a Europa permanece estagnada. Os mercados reagiram positivamente ao crescimento dos EUA. A **inflação** medida pelo deflator implícito do **PIB** também veio melhor do que o esperado, impulsionando a alta dos mercados.

O PCE, indicador de inflação da cesta média de consumo dos Estados Unidos, para dezembro foi de 0,2%, conforme esperado.

O núcleo do indicador que exclui maiores altas e baixas também registrou 0,2%, em linha com as previsões. No acumulado de 12 meses, o índice cheio ficou em 2,6%, enquanto o núcleo apresentou um leve recuo em relação às expectativas de 3%, ficando em

2,9%.

Todas as Bolsas americanas atingiram máximas históricas em janeiro, também impulsionadas pelo rali do setor de tecnologia, com boas notícias do setor de chips, semicondutores e inteligência artificial. A Bolsa japonesa também atingiu máxima histórica, a 36.546 pontos, bem como a Bolsa europeia Euro Stoxx, a 4.662 pontos. No Brasil, a inflação medida pelo IPCA-15 de janeiro apresentou uma alta de 0,31%, abaixo das expectativas, que eram de 0,47%. Em 12 meses, o IPCA acumula 4,47%, enquanto a expectativa era de 4,53%.

Os preços do setor de serviços tiveram uma queda de 0,11%, destacando-se a redução nas passagens aéreas e nos combustíveis devido à diminuição de preços pela Petrobras.

No cenário nacional, a expectativa é de mais cortes de 0,5% na Taxa Selic nas próximas reuniões, possivelmente trazendo-a para 9% até o final deste ano.

O real tem se valorizado nos últimos dias, recuperando parte das perdas iniciais da última semana.

Vale destacar também o resultado fiscal brasileiro divulgado em janeiro, **Inflação** mais baixa no Brasil e nos EUA com déficit primário de R\$ 230 bilhões no ano passado, sendo influenciado por precatórios que totalizaram cerca de R\$ 90 bilhões.

O déficit primário, desconsiderando precatórios, atingiu 1,3% do **PIB**, parcialmente causado pela PEC de transição. Destaque para o Bolsa Família, que ultrapassou R\$ 150 bilhões anuais.

A grande expectativa no mundo permanece em relação ao momento do corte de juros nos Estados Unidos. O mercado coloca hoje uma probabilidade de 50% de cortes em março e 50% de cortes em maio.

O rali nas Bolsas mundiais pode impactar positivamente o Brasil, mas as decisões dos bancos centrais, os indicadores de atividade e a evolução dos mercados internacionais continuarão sendo fatores determinantes.

*

IDEIAS CHAVES

1- EUA com crescimento robusto: **PIB** dos Estados Unidos cresceu 3,3% no quarto trimestre de 2023, superando expectativas de 2%

2- **Inflação** nos EUA melhor do que o esperado: **inflação** medida PCE para dezembro registrou 0,2%, em linha com previsões. Índice cheio acumulado de 12 meses em 2,6%, núcleo ligeiramente abaixo das expectativas, ficando em 2,9%

3- Recordes nas Bolsas mundiais: todas as Bolsas americanas atingiram máximas históricas em janeiro. Destaque para o rali do setor de tecnologia, com boas notícias em chips, semicondutores e inteligência artificial

4- IPCA-15 de janeiro no Brasil apresentou alta de 0,31%, abaixo das expectativas. Expectativa de mais cortes de 0,5% na Taxa Selic nas próximas reuniões, possivelmente chegando a 9% até o final do ano

5- Expectativa no mercado quanto ao momento do corte de juros nos Estados Unidos. Probabilidade de 50% de cortes em março e 50% em maio

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187778?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187778?page=1§ion=1)**

FMI vê economia global em recuperação, mas pede cautela

Pedro Borg e Luiza Palermmo

A economia global caminha para um "pouso suave", com a **inflação** caindo de forma constante, enquanto o crescimento continua com força em muitas economias importantes, segundo o relatório "World Economic Outlook" (WEO) do Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgado ontem. Mas o ritmo de expansão permanece lento e os riscos de turbulência permanecem.

"Nós estávamos vendo uma **inflação** muito persistente e havia muitas preocupações de que a luta contra a alta dos preços levaria a uma recessão. No entanto, um ano depois, a situação é que o crescimento se manteve firme e a **inflação** está caindo, mostrando um bom desenvolvimento externo durante o tempo", disse ontem o economista-chefe do Fundo, Pierre- Olivier Gourinchas, em Joanesburgo, na África do Sul.

O FMI revisou para cima as projeções de crescimento para 2024, citando a resiliência da economia global, que segue se recuperando dos choques provocados pela pandemia de covid-19, pela invasão da Rússia à Ucrânia e pela crise da forte alta do custo de vida. Com isso, a previsão de crescimento da economia global se elevou em 0,2 ponto percentual, para 3,1% neste ano.

"A atividade mundial se mostrou resiliente no segundo semestre do ano passado, à medida que fatores de oferta e demanda apoiaram as principais economias", disse o FMI em relatório, ressaltando o aquecimento da atividade e do mercado de trabalho como fatores que sustentaram essa melhora.

Diante do cenário positivo, o FMI revisou para baixo a **inflação** mundial para esse ano, prevendo uma alta global nos preços de 4,9% em 2024, 0,4 ponto percentual a menos do que o previsto pelo Fundo em outubro. O dado exclui a Argentina, que fechou 2023 com **inflação** acima de 211% - que não deve ser revertida rapidamente.

Segundo Gourinchas, a nova projeção de crescimento da economia global mostra que o mundo está "longe de enfrentar um cenário de recessão global".

"Estou confiante que com este índice de crescimento econômico, os riscos de uma recessão na economia

mundial seriam mínimos", disse o economista-chefe do Fundo.

No entanto, o economista-chefe do Fundo reforçou que ainda existem fatores que podem pôr em risco a trajetória positiva, principalmente por questões geopolíticas e por se tratar de um ano de eleições em vários países.

"Novas altas nos preços das commodities devido a choques geopolíticos - incluindo ataques contínuos no Mar Vermelho - e interrupções na oferta ou uma **inflação** mais persistente poderiam prolongar as condições monetárias restritivas", estima o FMI.

Para as economias mais ricas, o FMI prevê que o ritmo de crescimento deve diminuir nesse ano em relação ao anterior e projeta alta de 1,6% em 2023, com nova alta, de 1,5%, em 2024. Para 2025, o crescimento deve acelerar o ritmo para 1,8%, diz o Fundo.

No grupo, os EUA se destacam, com o FMI prevendo um crescimento de de 2,1% em 2024.

Para a zona do euro, a perspectiva para este ano é de crescimento de 0,9% (0,3 ponto a menos do que a previsão anterior), mais uma vez pressionada pelo fraco desempenho da Alemanha. Depois de ter contraído 0,1% em 2023, a economia alemã - a maior da Europa - deve se recuperar lentamente este ano, com estimativa de crescimento de apenas 0,5% (0,4 ponto menor do que a projeção anterior).

O FMI também elevou a perspectiva de crescimento da China para esse ano, prevendo uma taxa de de 4,6% neste ano, alta de 0,4 ponto percentual em relação à previsão publicada no relatório anterior. O Fundo justificou a melhora aos bons resultados em 2023 - quando a China conseguiu atingir a meta de crescimento de aproximadamente 5% - e ao aumento da capacidade do governo de lidar com desastres naturais. Mesmo com a melhora, o Fundo faz uma ressalva em relação ao setor imobiliário do país, em crise há anos.

"Na ausência de um pacote abrangente de políticas para a reestruturação do problemático setor imobiliário, o investimento poderá cair mais do que o esperado, e por mais tempo, com implicações

negativas para o crescimento interno", alertou o FMI.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187778?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187778?page=1§ion=1)**

Fed deve manter juros e sinalizar próximo passo de ajuste nos EUA

Eduardo Magossi e Gabriel Caldeira De São Paulo

O Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos) chega ao dia de sua decisão sobre política monetária sob a percepção praticamente unânime de que manterá as taxas de juros inalteradas na faixa de 5,25% a 5,5%. Há divergências entre os economistas, no entanto, sobre quais serão os próximos passos.

A euforia que dominou os mercados no fim do ano passado, depois que o Fed acenou com o término do ciclo de aperto monetário nos Estados Unidos, levou a apostas de até sete reduções nas taxas no longo de 2024, já a partir de março. O cenário se esvaziou no início deste ano, quando a volatilidade aumentou de forma relevante, levando os ativos a oscilar ao sabor de cada novo dado divulgado.

As surpresas com a força das vendas no varejo, da produção industrial em dezembro e do **PIB** mais forte que o esperado no quarto trimestre levaram a maioria dos investidores a uma mudança nas apostas de início do ciclo de cortes de março para maio. O índice de preços de gastos com consumo (PCE) de janeiro e fevereiro também deve ser considerados pelo banco central para orientar suas próximas decisões depois de o indicador de dezembro ter ficado dentro do esperado, em 0,2%.

De forma geral, a visão de economistas ouvidos pelo Valor diverge do que está precificado no mercado e está mais alinhada aos discursos dos dirigentes do Fed. A leitura predominante é que os juros permanecerão elevados por mais tempo e as reduções nas taxas não devem ocorrer ainda no primeiro trimestre.

Mas há nuances entre eles.

O economista-chefe do UBS Global Wealth Management, Paul Donovan, está entre aqueles que consideram que uma redução nos juros em março seria muito prematura. Ele nota que a expectativa de muitos cortes, com um ciclo que já se iniciaria no primeiro trimestre, não veio na esteira de uma mudança nos rumos da **inflação**, que continua a desacelerar, mas da manifestação de dirigentes do Fed. Estes passaram a reconhecer que não haverá problemas para o núcleo da **inflação** de gastos com consumo (PCE) atingir a meta de 2%.

"O Fed provavelmente quer conservar os juros reais estáveis, cortando as taxas à medida que a **inflação** cai, talvez com um ligeiro atraso. E março é muito cedo para isso", diz.

Para Donovan, os EUA farão três ou quatro cortes neste ano, com um ciclo que se inicia em maio ou em junho.

Na visão de Michelle Cluver, estrategista de portfólios da Global X ETF, "as expectativas do mercado tendem a ser exageradas e, depois, são corrigidas". Ela lembra que, ao longo de 2023, várias narrativas de mercado ocuparam o centro das atenções - preocupações com uma recessão, juros elevados por mais tempo, e, finalmente, o foco num cenário de "goldilocks", em que a economia dos EUA evita uma recessão ao mesmo tempo que reduz a **inflação**. "Terminar o ano com essa narrativa ajudou a impulsionar os mercados para cima no quarto trimestre", diz Cluver, acrescentando que os dados mais fortes de dezembro já estão provocando uma reprecificação nas expectativas e levaram o mercado para mais perto de projeções mais conservadoras do BC.

"Um Fed mais acomodaticio sustenta as bolsas, mas cortes agressivos nas taxas correspondem normalmente a preocupações com o crescimento econômico ou com outros choques que normalmente pesam sobre os ativos de risco", afirma.

Para a estrategista, é mais provável que o mercado reduza suas projeções de corte conforme a economia se mantém resiliente mesmo com o abrandamento do crescimento. Cluver diz acreditar que o primeiro corte nos juros só virá em junho ou julho.

Veronica Clark, economista do Citi para os EUA, afirma que a precificação de muitos cortes em 2024 reflete a existência de certa probabilidade de a atividade econômica desacelerar mais e levar o Fed a afrouxar mais a política monetária que o previsto. Ela prevê cinco cortes de 0,25 ponto percentual em 2024 a partir de junho. Porém, alerta que muitos dados serão divulgados até a reunião de março e a possibilidade de um corte antecipado só será conhecido mais perto. A economista projeta que as reduções farão a taxa da T-note de dois anos cair de forma expressiva para 3,7%

enquanto os rendimentos dos papéis de 10 anos ficariam em 3,90%, normalizando a curva de juros, que está invertida há vários meses.

O banco holandês ING é ainda mais "dovish" (inclinado ao afrouxamento monetário). Segundo o economista-chefe James Knightley, a expectativa é de seis cortes até dezembro, o dobro do projetado pela mediana das projeções dos dirigentes do próprio Fed. Porém, ele também acredita que um corte em março é cedo demais.

"Acreditamos em redução em maio. O **PIB** do quarto trimestre forte, desemprego em 3,7% e **inflação** bem acima da meta em base anual, há pouca pressão para iniciar os cortes imediatamente." Já o sócio e estrategista-chefe do BTG Pactual João Scanduzzi diz que o Fed é mais conservador e não vai fazer os cortes agressivos que o mercado tem precificado. "O banco central vai esperar uma confirmação de que a **inflação** está realmente caindo de forma consistente.

A **inflação** de aluguéis ainda está resiliente e como o peso dos aluguéis no PCE é menor do que no índice de preços ao consumidor [CPI], o PCE deve sofrer menos pressão que o CPI", afirma.

O estrategista prevê quatro cortes a partir de maio e não vê perigo inflacionário do déficit de US\$ 5,5 trilhões dos EUA nem na crise no Oriente Médio. "Os efeitos de risco desses eventos já passaram", diz.

"No curto prazo, a conversa está focada em quanto e quando o Fed começará a cortar. Mas a principal mudança é que se aproxima um ciclo de afrouxamento monetário, o que cria um ambiente mais positivo para os títulos e as bolsas", afirma Gabriela Santos, estrategista-chefe para Américas da J.P. Morgan Asset Management, que prevê que os cortes deverão começar em maio ou junho, dependendo da **inflação**, com três reduções.

Um dos que preveem o início do afrouxamento monetário em março é o economista-chefe do suíço Lombard Odier, Sammy Chaar. Segundo ele, a **inflação** do PCE, indicador preferido do Fed, já está em níveis administráveis e o presidente do banco central, Jerome Powell, deu sinais de que os cortes podem começar antes de a **inflação** chegar a 2%.

"Pre vemos apenas quatro cortes até ao fim do ano, principalmente devido à resiliência da economia dos EUA demonstrada ao longo de 2023, que continuou nos dados mais recentes, bem como à desinflação nos serviços essenciais que abrandou o seu progresso nos últimos meses", diz.

"Uma coisa a notar, no entanto, é que embora o

mercado possa esperar demasiados cortes em 2024, a taxa terminal para a qual devemos convergir até ao final de 2025 está atualmente em torno de 3,5%. Isso está muito alinhado com nossa previsão. Assim, o mercado está atualmente antecipando esses cortes de forma demasiado agressiva."

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187778>

Dados pressionam taxas e bolsas na véspera de decisões de BCs

Augusto Decker, Arthur Cagliari, Gabriel Roca e Matheus Prado De São Paulo

Na véspera das decisões de política monetária nos Estados Unidos e no Brasil, dados de emprego voltaram a indicar que o mercado de trabalho americano segue apertado e pressionaram taxas e bolsas na sessão, conforme as esperanças de um corte de juros pelo Federal Reserve (Fed) em março diminuam.

O rendimento da T-note de dois anos subiu de 4,328% para 4,365% e a taxa da T-note de dez anos avançou de 4,079% para 4,094%. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 passou de 9,655% para 9,715%; e a do DI para janeiro de 2029 avançou de 10,295% para 10,355%. O Ibovespa cedeu 0,86%, aos 127.402 pontos, e o dólar ficou estável ante o real, a R\$ 4,9454.

Os últimos meses têm sido marcados pela calibragem de apostas para o início dos cortes de juros nos Estados Unidos. Após o mercado ter dado como praticamente certa a possibilidade de o Fed começar o afrouxamento monetário em março, sinais de autoridades do BC americano e indicadores econômicos têm sugerido que o corte poderá ficar para maio, o que tem provocado uma reversão importante no humor dos agentes globais.

Neste contexto, o apetite dos investidores estrangeiros por ativos em mercados emergentes tem caminhado lado a lado com os sinais imaginados para a trajetória da política monetária americana. Ontem, por exemplo, o número de vagas de trabalho em aberto na economia dos Estados Unidos ficou praticamente estável em dezembro, a 9 milhões, número que superou as expectativas do mercado.

"Continuamos com a opinião de que o início do afrouxamento da política monetária nesta primavera [no Hemisfério Norte] é fundamental para a obtenção de um "pouso suave" da economia dos EUA. Nosso cenário básico continua sendo o de que o Fomc começará a cortar a taxa dos Fed Funds na reunião de 1o de maio, e aguardamos os resultados da reunião desta quarta-feira para obter pistas adicionais sobre o caminho a seguir pela política monetária", apontam os economistas do Wells Fargo.

Após a divulgação do indicador, passou a cair a probabilidade implícita de um corte pelo Fed em março. Segundo a ferramenta CME FedWatch, os futuros dos Fed Funds indicavam chance de apenas 40% de um corte na segunda reunião do ano, contra 47,2% observados ontem e 88% há um mês.

Para Alexandre Cancherini, sócio da Galapagos Capital, a autarquia deverá optar por comunicação dura o suficiente hoje para não sancionar a visão de início do ciclo de cortes em março. "Espero que o Fed acabe sancionando o que está nas suas projeções: três quedas este ano, enquanto o mercado precifica cerca de cinco", diz ele.

Embora o gestor espere que o Fed seja mais "hawkish" (favorável ao aperto monetário) do que o mercado precifica, ele tem uma visão construtiva para os ativos de risco. "Para nós, mais importante do que quando será o início do ciclo de cortes é a discussão do patamar de juro real neutro da economia americana. Hoje a curva de dez anos precifica algo acima de 1,5%, mas nosso entendimento é que esteja mais perto de 0,5%." Na visão do executivo, a correção que o Ibovespa vive desde a virada do ano é fruto de volatilidade, e não de uma mudança na perspectiva, que continua positiva.

"Temos três fatores importantes para a bolsa no Brasil: o cenário externo continua positivo, os preços seguem atrativos e acreditamos que ainda existe uma "pernada" longa no processo de flexibilização de juros no Brasil", opina.

A carteira da Galapagos, diz ele, está posicionada majoritariamente em ativos domésticos, como papéis de bens de capital, consumo discricionário e companhias endividadas, que se beneficiam da Selic mais baixa.

Nessa linha, agentes também se preparam para a decisão do Copom hoje. De acordo com os estrategistas do BTG Pactual, o Banco Central não possui razões para mudar seu plano de voo, o que faz o banco manter sua projeção de Selic em 9,5% ao fim de 2024.

"Esperamos uma comunicação bastante similar ao **[comunicado]** anterior, imputando cautela sobre o cenário externo e sem alterações no balanço de riscos

para o cenário doméstico da **inflação**. Acreditamos, portanto, que o "plural" do "guidance" em torno do ritmo de cortes de juros na Selic deve permanecer na comunicação de janeiro, dada que a estratégia tem assegurado menor volatilidade na parte curta da curva de juros brasileira.

Portanto, mantemos nosso cenário base de 4 cortes de 0,5 ponto percentual (incluindo janeiro) e 1 corte de 0,25 ponto percentual em agosto, encerrando com uma Selic terminal em 9,5%", afirma o macroestrategista do BTG Pactual, Álvaro Frasson.

"Mais importante do que o início dos cortes é a discussão do patamar de juro real neutro da economia dos EUA" Alexandre Cancherini

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187778>

Selic pode cair abaixo de 8%, diz Xavier, da SPX

Augusto Decker De São Paulo

Os números de **inflação** no Brasil podem surpreender para baixo neste ano, o que abriria espaço, até mesmo, para que a Selic alcance o nível de equilíbrio, entre 7,5% e 8%, disse o CEO da SPX Capital, Rogério Xavier. No cenário-base da gestora, a **inflação** deve ficar em 3,3% neste ano, mas há um cenário alternativo observado com atenção por Xavier, que pode levar o IPCA a 2,8%: a chance de decisões favoráveis ao consumidor pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em temas como tarifas de energia elétrica.

"Com a nossa projeção de **inflação** a 3,30%, achamos que os juros podem cair a até 8,5%", disse Xavier em evento do Andbank realizado ontem, em São Paulo.

Xavier considera altíssima a probabilidade de as decisões do STF serem favoráveis aos consumidores e, conseqüentemente, reduzirem a projeção de **inflação** da SPX para 2,8%. Nesse caso, ele vê possibilidade de a taxa Selic cair a 7,5% ou 8%, mas reforçou que essa possibilidade dependeria de a **inflação** realmente cair para os 2,8% projetados pela SPX.

Outra condição estaria em uma aproximação maior das expectativas de **inflação** de 2025 da meta de 3% (hoje elas estão em 3,5%).

A visão construtiva da SPX em relação à **inflação** e aos juros também é vista nas expectativas para o câmbio. Xavier acredita que a taxa de câmbio que levaria a conta corrente do país para a média histórica de déficit de 2% do **PIB** seja próxima de R\$ 4,50 por dólar.

Ele destacou, porém, que o comportamento do câmbio doméstico deriva também de dois fatores relevantes: do afrouxamento monetário em países desenvolvidos; e de que a atividade econômica da China não piore.

Nesse sentido, para Xavier, apesar do cenário para o Brasil ser favorável, a China representa um risco relevante. As dificuldades chinesas e seus possíveis efeitos por aqui adicionam cautela ao gestor em relação aos ativos locais - ele tem se posicionado mais em outras teses, especialmente na queda de juros em países desenvolvidos e na valorização do dólar contra

moedas de países desenvolvidos.

"A convicção na parte de juros é bem alta, principalmente entre os desenvolvidos", disse o gestor.

"Acredito que seja uma questão de pouco tempo para se confirmar." Em relação ao dólar, Xavier acredita que Europa e Reino Unido devem precisar cortar mais os juros do que os EUA, ao mesmo tempo em que a economia americana deve registrar crescimento maior. "Então o dólar tende a ser mais forte."

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187778>

"Recessão nos EUA abrirá espaço para corte agressivo nos juros"

Eduardo Magossi De São Paulo

Os Estados Unidos devem entrar em recessão a partir do segundo trimestre e, embora a expectativa é de que seja suave, até 1,3 milhão de pessoas perderão seus empregos, levando o Federal Reserve (Fed, banco central americano) a cortar os juros agressivamente a partir de março, o que vai abrir espaço para o Banco Central (BC) brasileiro também acelerar os cortes.

"A Selic deve chegar a 8% em novembro", projeta o economista-chefe do banco suíço UBS, Arend Kapteyn. Em entrevista ao Valor durante rápida passagem por São Paulo, Kapteyn disse acreditar que o BC deve realizar cortes de 0,50 ponto percentual em cada reunião até junho e depois acelerar a redução para 0,75 ponto. "Estamos otimistas com o Brasil. No segundo trimestre, a inflação deve ficar 15 pontos-base abaixo da meta do BC", afirmou. Leia abaixo os principais trechos da entrevista: Valor: Por que o cenário-base do UBS é de uma recessão?

Arend Kapteyn: Apesar do PIB mais forte que o esperado e do consumo resiliente, o mercado de trabalho vem desacelerando. A intenção de contratação das empresas está estagnada. E, historicamente, quando o desemprego sobe 5 pontos-base [0,05 ponto percentual] de seu mínimo, entramos em recessão. Sempre acontece.

Não estamos nesse ponto ainda a nível nacional, mas 38% dos estados americanos já atingiram esse valor. É o maior percentual já registrado sem o país entrar em recessão.

As empresas estão desacelerando suas contratações e estão muito perto de realizar cortes à medida que o aperto monetário está reduzindo os lucros. Atualmente, com exceção do setor público e o de saúde, poucas vagas estão sendo criadas em outras áreas.

Valor: Mas as vendas no varejo seguem aquecidas...

Kapteyn: Em algum momento, o dinheiro acumulado durante a pandemia pelas famílias vai acabar.

No fim do terceiro trimestre havia US\$ 1 trilhão em poupança acumulada. Acreditamos que as famílias

estejam gastando cerca de US\$ 2,4 bilhões por trimestre, o que levaria a US\$ 600 bilhões no fim do primeiro trimestre de 2024. Esse dinheiro está basicamente com os 20% mais ricos e os 20% mais pobres. Os mais ricos não vão gastar essa poupança, mas os mais pobres - que têm em mãos menos de US\$ 100 milhões - irão. E as transferências sociais vistas durante a pandemia vão ser muito menores este ano. Além disso, os consumidores também estão fazendo muitos empréstimos no cartão de crédito. Em 2023, 40% do consumo foi feito com empréstimos em cartão, cerca de US\$ 100 bilhões, um número historicamente elevado. É o maior intervalo entre renda e gastos já registrado nos EUA desde a Segunda Guerra Mundial porque os dados de renda revelam que os americanos não têm dinheiro, mas os dados de consumo mostram que eles estão gastando acima da média.

Valor: Esse consumo resiliente não pode trazer a inflação de volta?

Kapteyn: Teoricamente sim, mas isso não está acontecendo. O que nos leva a acreditar que uma parte expressiva da inflação foi provocada por choques de oferta que agora se dissiparam. E que valorizamos demais a narrativa de que o aumento da demanda impulsionado pelos estímulos econômicos também provocou a inflação. Agora a inflação está caindo como uma pedra, apesar de o mercado de trabalho não estar enfraquecendo ainda, apesar do forte consumo e do PIB subindo. E a média de seis meses do núcleo da inflação anualizada está em 1,86%, abaixo da meta de 2% do Fed. Na base anual, ainda está acima de 2%, mas se continuarmos assim por alguns meses vamos chegar aos 2%.

Valor: Quando a recessão dos EUA deve começar?

Kapteyn: A recessão deve começar em maio, ou seja no segundo trimestre, quando o relatório de empregos, o "payroll" passar a mostrar dados negativos. O payroll deve permanecer negativo, ou seja, com fechamento líquido de vagas de trabalho no segundo, terceiro e quartos trimestres. O início do fechamento de vagas será lento mas vai acelerar no segundo trimestre.

A recessão deve ser suave, com queda de 1% do PIB, um valor historicamente pequeno, mas suficiente para gerar até 1,3 milhão de desempregados. Estimamos

que a taxa de desemprego vai subir de atuais 3,7% para 5%. Como o Fed tem mandato duplo, de cuidar da estabilidade de preços e do pleno emprego, com desemprego de 5%, os modelos do banco central vão avaliar que ele precisa cortar os juros de forma agressiva. Com esse tamanho de desemprego, o Fed vai cortar os juros de atuais 5,50% e chegar no fim de 2024 a 2,75%, atingindo 1,25% no fim do ciclo de afrouxamento em 2025. Nosso cenário- base mostra 65% de chances de recessão. Há um desencontro entre minhas estimativas e de outros bancos quanto aos cortes porque nem todo mundo que está projetando uma recessão suave está prevendo um desemprego de 5%. E um desemprego de 5% é essencial para que a recessão ocorra.

Valor: Mas os investidores seguem animados e o S P 500 batendo recordes...

Kapteyn: As pessoas se confundem porque acham que o S P 500 espelha a economia e ele não espelha. O S P é constituído por empresas grandes e sólidas. Mas quando olhamos a economia real como um todo, englobando pequenas empresas, a pressão dos juros altos é mais elevada. O impacto do aperto monetário tem causado muito prejuízo para as essas empresas causando queda na demanda, reduzindo lucros e apertando margens. Um ou dois trimestres a mais e teremos uma recessão. Quando os lucros caem, o payroll começa a cair, impulsionando a recessão.

Estamos muito perto desse ponto, os lucros estão evaporando.

Valor: E quando deve ocorrer o primeiro corte?

Kapteyn: O primeiro corte deve ocorrer já em março. Isso porque a previsão do Fed para o nível de **inflação** para o fim do ano já será atingida até março. A taxa implícita dos Fed Funds tem projeção de taxa real de 2,2% e já estamos nesse nível. Se o Fed não cortar em março, ela sobe para 3%. O presidente do Fed, Jerome Powell, disse várias vezes que deve começar a cortar antes que a **inflação** chegue em 2%. O problema com março é a economia resiliente.

O Fed quer ter certeza se o atual comportamento inflacionário que estão vendo é sustentável.

Mas quando o **PIB** do quarto trimestre atinge 3,3% corrói a confiança do banco central. A **inflação** está no caminho certo, mas a economia segue aquecida.

Valor: O cenário de cortes agressivos está bem distante daqueles feitos pelo Fed...

Kapteyn: O "dot plot" [gráfico de pontos] do Fed prevê três cortes de 0,25 ponto percentual, mas em seu

cenário ele não leva em conta uma recessão, mas um pouso suave. No curto-prazo, a economia segue aquecida, mas nosso cenário de recessão reflete a economia daqui a dois trimestres.

O relatório de empregos desta sexta-feira deve mostrar um aumento de 290 mil vagas de trabalho em janeiro, muito acima dos 180 mil previstos pelo mercado.

Mas, a partir de maio, o payroll vai começar a mostrar o fechamento de vagas. E quando isso acontecer, o Fed vai acelerar os cortes. E, no início, será mais difícil para as empresas que necessitarão de alguns trimestres para aliviar seus custos de empréstimos.

Para o comportamento do mercado, mesmo que seja uma recessão suave, o S P vai cair 10% a partir da recessão. Mas deverá se recuperar até o fim do ano, em torno de 5.150 pontos, cerca de 4,5% acima do nível atual.

Valor: Qual vai ser o impacto da recessão dos EUA no Brasil?

Kapteyn: Se você tem uma queda de 10% no S P 500, todas as bolsas do mundo serão afetadas, com exceção da China. Mas na economia o impacto não será grande. Os EUA não importam muito do Brasil e os cortes agressivos do Fed vão permitir que o Banco Central acelere os cortes na Selic. Acreditamos que o BC vai cortar 0,50 ponto por reunião até junho e depois aumentar os cortes para 0,75 ponto, com a Selic chegando em novembro a 8%.

Estamos otimistas com a queda da **inflação** no Brasil. Vai abrir a porta para mais cortes. Estimamos que a **inflação** vai estar 0,15 ponto-base abaixo da meta do BC já no segundo trimestre. E mesmo em relação ao dólar, o real deve manter-se em R\$ 5, evitando a valorização do dólar ante moedas de mercados emergentes que estamos prevendo. O problema do real é que ele está sobre comprado e como os juros vão cair, o carregamento também vai.

"Em algum momento, o dinheiro acumulado durante a pandemia pelas famílias vai acabar" Arend Kapteyn

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187778>

A desinflação imaculada e seu impacto sobre o Brasil - PALAVRA DO GESTOR

Tomás Goulart é economista-chefe da Novus Capital E-mail tgoulart@novuscapital.com.br

Os comitês de política monetária dos bancos centrais de Brasil e Estados Unidos se reúnem hoje com vistas a definir a taxa de juros básica de suas economias para os próximos 45 dias e dar uma indicação sobre qual direção e magnitude deveremos pensar sobre os juros ao longo de 2024.

Este ano promete algumas diferenças com relação aos últimos vividos. Em termos macroeconômicos, há indicações iniciais de que as autoridades monetárias ao redor do mundo tiveram muito sucesso em controlar a **inflação**, que apresentou ao longo de 2022 e no início de 2023 sinais de divergência grande com relação aos objetivos.

Quando os primeiros números de **inflação** começaram a indicar uma tendência de divergência em 2021, o Fed se apressou a justificar a alta citando fatores temporários como causa da **inflação**, não vislumbrando toda a força altista de preços que ocorreu a partir daí. Como sabemos, a resposta dos BCs globais ocorreu de forma intensa, com elevações da taxa básica de juros para patamares muito acima do que se imaginava.

A resposta tradicional que se imaginava contempla o seguinte mecanismo: um aumento na taxa de juros nominal levaria a um recuo na atividade econômica, que por sua vez impactaria a demanda por mão de obra, reduzindo o poder de barganha dos trabalhadores ao definir salários, baixando a pressão por aumento salarial e, conseqüentemente, gerando redução da **inflação**.

Quando observamos os dados de demanda por mão de obra na economia americana, vemos um forte ajuste, com redução substancial de vagas de trabalho em aberto sem contrapartida no aumento da taxa de desemprego, o que permitiu que a desinflação ocorresse sem grandes custos para a sociedade. Além desse mecanismo mais tradicional, há também o efeito das expectativas de **inflação**.

Como os agentes esperam que o aperto monetário gere redução na demanda na **inflação** futuramente, a decisão inicial já é alterada e o repasse dos preços não ocorre, levando a uma maior rapidez no controle

de preços. De fato, o efeito sobre as expectativas de **inflação** foi relevante e célere, fazendo com que o custo social da desinflação recuasse.

Esses foram os dois principais mecanismos que podemos observar para explicar o sucesso na condução da **inflação** ao menor custo social possível.

Esse processo permitirá que, mesmo em um ambiente de atividade econômica aquecida e desemprego próximo ao mínimo histórico, os bancos centrais comecem um processo de redução da taxa básica de juros nos próximos meses, tanto nos EUA quanto na Europa.

E como isso afeta a economia brasileira e a condução de política monetária? O Copom vem deixando muito claro em suas comunicações que não vislumbra a necessidade de acelerar o ritmo de cortes de juros. Por outro lado, um menor patamar de juros no mundo levaria a um aumento do diferencial de juros da economia brasileira em relação ao resto do mundo, gerando uma tendência de apreciação cambial, que tende a trazer alívio ainda maior na **inflação** doméstica via preços comercializáveis. A **inflação** mais baixa, por sua vez, permitiria ao BCB alongar ainda mais o ciclo de queda de juros, em passos mais lentos, mas alcançando patamares mais baixos do que se vislumbra atualmente.

O que pode atrapalhar os planos do Fed e BCB neste momento? A grande questão ainda existente na economia e que pode afetar a condução da política monetária é o risco fiscal. Nos EUA, o ano eleitoral e o extremismo da disputa entre democratas e republicanos muito provavelmente terá como vítima o pagador de **impostos** americano, com tendência de expansionismo fiscal em ambos os lados, seja via redução de **impostos** ou via aumento de despesas.

No caso brasileiro, apesar da nova âncora fiscal aprovada no Congresso e de diversas tentativas de recuperar receitas, o quadro fiscal segue muito problemático e sem muita perspectiva positiva no curto prazo. A desinflação imaculada e sem custos ocorrida desde o ano passado traz ventos positivos para a economia global. Os riscos fiscais seguem presentes e podem atrapalhar a festa, convém trabalhar para corrigi-los.

Tomás Goulart é economista-chefe da Novus Capital
E-mail tgoulart@novuscapital.com.br

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187778>

2023 fecha em R\$ 6,520 trilhões

Do Estadão Conteúdo

O estoque da Dívida Pública Federal (DPF) subiu 3,09% em dezembro e fechou o mês em R\$ 6,520 trilhões. Os dados foram divulgados nesta terça-feira, 30, pelo Tesouro Nacional. Em novembro, o estoque estava em R\$ 6,325 trilhões.

A correção de juros no estoque da DPF foi de R\$ 54,18 bilhões no mês passado, enquanto houve uma emissão líquida de R\$ 141,29 bilhões.

A DPF inclui a dívida interna e externa. A Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) teve alta de 3,19% em dezembro e fechou o mês em R\$ 6,269 trilhões. Já a Dívida Pública Federal externa (DPFe) ficou 0,57% maior no mês, somando R\$ 251,46 bilhões ao fim de dezembro.

Parcela de títulos Com o ciclo de queda da taxa básica de juros, atualmente em 11,75% ao ano, a parcela de títulos da Dívida Pública Federal atrelados à Selic subiu em dezembro, para 39,66%.

Em novembro, estava em 39,38%. Já os papéis prefixados ampliaram a fatia de 26,20% para 26,53%.

Os títulos remunerados pela **inflação** caíram para 29,76% do estoque da DPF em dezembro, ante 30,27% em novembro. Os papéis cambiais oscilaram a participação na DPF de 4,16% para 4,05% no mês passado.

Todos os papéis ficaram dentro das metas do PAF para o ano passado.

O intervalo do objetivo perseguido pelo Tesouro para os títulos remunerados pela Selic em 2023 ia de 38% a 42%. Para os prefixados, o intervalo era de 23% a 27%. No caso dos que têm índices de preço como referência, a meta era de 29% a 33% e, no de câmbio, de 3% a 7%.

O Tesouro informou ainda que parcela da DPF a vencer em 12 meses apresentou baixa, passando de 20,48% em novembro para 20,14% em dezembro. O prazo médio da dívida teve recuo de 4,04 anos para 3,95 anos na mesma comparação. Já o custo médio acumulado em 12 meses da DPF caiu de 10,65% ao ano para 10,51% a.a. no mês passado.

A participação dos investidores estrangeiros no total da Dívida Pública caiu em dezembro.

De acordo com dados divulgados pelo Tesouro Nacional, a parcela dos investidores não residentes no Brasil no estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) passou de 9,94% em novembro para 9,48% no mês passado.

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

PARTICIPAÇÕES

Mercado reduz a 3,81% projeção para IPCA no ano

INFLAÇÃO OFICIAL A projeção para a **inflação** oficial do país em 2024, medida pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), voltou a cair pela terceira se mana consecutiva, de acordo com a nova edição do Boletim Focus - compilação feita pelo Banco Central das estimativas de bancos e consultorias para os principais indicadores econômicos.

O mercado passou a projetar uma **inflação** de 3,81% no fechamento de 2024, ante 3,86% estimados no relatório publicado na semana passada. A meta de **inflação** para este ano é de 3%, ou seja, a projeção continua dentro do intervalo permitido (entre 1,5% e 4,5%). Para 2025, as previsões se mantiveram no patamar de 3,5%.

Divulgado sempre às segundas-feiras, o Focus saiu ontem com um dia de atraso, por conta de operação-padrão de servidores do Banco Central. O levantamento ouviu mais de 100 instituições financeiras, na semana passada, sobre as projeções para a economia.

Já a estimativa para o Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano se manteve em 1,60%. O documento projeta ainda crescimento de 2% para a economia em 2025. O **PIB** é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Inflação mundial vai cair, estima FMI

A **inflação** tem caído em ritmo mais forte que o esperado globalmente e deve seguir em baixa ao longo dos próximos anos, de acordo com a estimativa do Fundo Monetário Internacional (FMI) na atualização de janeiro do relatório Perspectivas da Economia Mundial, divulgado ontem.

O movimento é atribuído ao reequilíbrio das cadeias produtivas, além do relaxamento do mercado de trabalho e da contenção do crescimento salarial. Parcela de 80% dos países do mundo deverá ter leituras inflacionárias mais baixas em 2024 do que em 2023, de acordo com o FMI. O Fundo prevê que a **inflação** no planeta cairá de 6,8% para 5,8% em 2024, sem alteração em relação à estimativa anterior, feita em outubro. Já para 2025 a instituição revisou para baixo a expectativa para o índice de preços mundial: de 4,6% para 4,4%.

A entidade acredita que o processo de desinflação será mais rápido em economias desenvolvidas, onde a **inflação** anual deve passar de 4,6% em 2023 para 2,6% em 2024, representando menos em relação ao que se previa antes. Para o ano que vem a expectativa para a taxa inflacionária nesses mercados é de 2%. No mundo emergente o FMI projeta que a **inflação** ficará em 8,1% este ano, aumento de 0,3 ponto percentual na comparação com o número calculado em outubro. Por outro lado, para 2025 a projeção caiu de 6,2% para 6%.

"Os fatores impulsionadores da descida da **inflação** diferem em cada país, mas geralmente refletem uma **inflação** subjacente mais baixa como resultado de políticas monetárias ainda restritivas, um afrouxamento do mercado de trabalho e efeitos de repercussão de quedas anteriores e em curso nos preços relativos da energia", detalhou o documento. Entre aqueles países cujos bancos centrais adotam a meta de **inflação**, os índices de preços estarão 0,6 ponto percentual acima da média no quarto trimestre de 2024, menos que a distância de 1,7 ponto percentual registrada no final do ano passado.

BRASIL. Também ontem o Banco Central divulgou a previsão do mercado para a **inflação** no Brasil. Segundo o Boletim Focus, a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) teve redução, passando de 3,86% para 3,81% este ano. A estimativa está abaixo do teto da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é 4,5%. Para os próximos anos, 2025, 2026 e 2027, a expectativa permaneceu em 3,5%. Em dezembro de

2023 a **inflação** do país era de 0,56%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com isso, o IPCA fechou o ano passado com alta acumulada de 4,62%. A projeção das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira neste ano permaneceu em 1,6%. Para 2025 a expectativa para o **PIB** é de variação de 2%.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?numero=16314&edicao=10974>

Projeção do PIB foi mantida

Brasília - A projeção das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira neste ano permaneceu em 1,6%.

Para 2025, a expectativa para o Produto Interno Bruto (**PIB**), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no País, é de crescimento de 2%. Para 2026 e 2027, o mercado financeiro projeta expansão do **PIB** também em 2%, para os dois anos.

Superando as projeções, no terceiro trimestre do ano passado a economia brasileira cresceu 0,1%, na comparação com o segundo trimestre de 2023, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre janeiro e setembro, a alta acumulada foi de 3,2%.

Com o resultado, o **PIB** está novamente no maior patamar da série histórica, ficando 7,2% acima do nível de antes da pandemia, registrado nos três últimos meses de 2019. Os dados do quarto trimestre de 2023, com o consolidado do ano, serão divulgados pelo IBGE em 1º de março.

A previsão de cotação do dólar está em R\$ 4,92 para o fim deste ano. No fim de 2025, a previsão é que a moeda americana fique em R\$ 5. (ABr)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-31-01-2024/>

Projeção de crescimento do País é elevada

São Paulo - O Fundo Monetário Internacional (FMI) melhorou ligeiramente sua projeção para o crescimento da economia brasileira em 2024, citando demanda doméstica e crescimento acima do esperado de parceiros comerciais.

A projeção agora é de que o Brasil crescerá 1,7% em 2024, 0,2 ponto percentual a mais do que na estimativa feita em outubro de 2023, mostrou ontem a atualização do relatório Perspectiva Econômica Global do FMI.

Ao mesmo tempo, o fundo manteve a estimativa de que o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro cresceu 3,1% em 2023 e vê em 2025 uma expansão de 1,9%.

"(A revisão para cima em 2024) deve-se principalmente a efeitos de carregamento estatístico de uma demanda doméstica mais forte do que o esperado e crescimento acima do esperado em grandes parceiros comerciais em 2023", disse o FMI no relatório, citando ainda a revisão para cima em 0,6 ponto percentual da estimativa para o México, cujo crescimento está agora previsto em 2,7% para este ano.

Depois de surpreender no primeiro semestre de 2023 e mostrar resiliência no terceiro trimestre, analistas avaliam que a economia brasileira teria terminado 2023 rondando a estagnação em meio aos efeitos dos juros elevados, ainda que tenha se favorecido de um mercado de trabalho apertado e alívio na **inflação**.

Desde agosto o Banco Central (BC) reduziu a Selic de 13,75% para o atual patamar de 11,75%, e a expectativa é de mais um corte de 0,5 ponto hoje, em sua primeira decisão do ano.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgará em 1º de março os dados do Produto Interno Bruto (**PIB**) no quarto trimestre e do acumulado de 2023. A estimativa do FMI para 2023 está em linha com os números do governo e do BC, que veem expansão de 3,0% no período.

Para 2024, a autoridade monetária prevê crescimento de 1,7%, enquanto o Ministério da Fazenda espera expansão de 2,2%. Ambas as contas deverão ser revisadas em março.

Apesar das revisões positivas, tanto para Brasil quanto para o México este ano, o cenário para a América Latina e Caribe piorou. A estimativa para o

crescimento da região é de desaceleração de 2,5% em 2023 para 1,9% em 2024, com redução de 0,4 ponto percentual na conta para este ano. Em 2025, a economia da região deve se recuperar e ter expansão de 2,5%.

"A revisão para 2024 reflete contração na Argentina no contexto de ajustes significativos para restaurar a estabilidade macroeconômica", apontou o FMI.

Já a perspectiva para as economias de mercados emergentes e em desenvolvimento, das quais o Brasil faz parte, melhorou em 0,1 ponto percentual para 2024, a 4,1%, mesma taxa de crescimento prevista para 2023. (Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-31-01-2024/>